



# Anais da Assembléia

N. 91

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

PROPOSIÇÃO N. 136-85

PROPOSTA DE EMENDA À

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo Único - O artigo 122 da Constituição Estadual, fica acrescido de um parágrafo único com 5 (cinco) incisos, na adequação de critérios de distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, a que se refere o parágrafo 9.º do artigo 23 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 3.º da Emenda Constitucional n. 17, de 02.12.80, com a seguinte redação:

Art. 122 - .....

Parágrafo Único - A distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, constituir-se-á dos seguintes percentuais:

- I - SETENTA E CINCO POR CENTO (75%) pelo critério do valor adicionado;
- II - DOZE POR CENTO (12%) pelo critério do número de habitantes;
- III - CINCO POR CENTO (5%) pela área territorial;
- IV - CINCO POR CENTO (5%) pelo número de propriedades rurais existentes, segundo levantamento do órgão oficial do Estado;
- V - TRÊS POR CENTO (3%) como fator fixo de distribuição igualitária a todos os municípios;

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1985.

NILSO ROMEU SQUAREZI

DIRCEU MANFRINATO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

RUBENS BUENO

CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA

A necessidade de uma reforma tributária para avaliar o estado calamitoso que se encontra a situação financeira do município, não é do desconhecimento nacional.

Porém, não só a reforma tributária atua no campo das receitas municipais, pois os contidos na Constituição Federal em seu parágrafo 9.º do artigo 23, modificado pelo artigo 3.º 17, preceituam medidas que podem, pelo menos, aliviar a situação caótica vigente.

Entretanto, até o presente momento, a nossa Constituição Estadual, não tinha dispositivos reguladores e disciplinares em relação aos prescritos na Constituição Federal, o que ensejou esta iniciativa.

Acreditamos que desta forma possamos começar colocando cobro em distorções existentes, dando início a uma política que possa dar aos municípios paranaenses a

sua tão esperada emancipação econômica e financeira.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 78.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1985.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Adhail Sprenger Passos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem)- Senhor presidente, para que eu possa me situar, solicito à Mesa me informar o número de Deputados presentes à sessão de ontem, porque na leitura houve várias chamadas e eu acabei não sabendo a quantos, na realidade, foi dado presença.

O SR. 2.º SECRETÁRIO- (Adhail Sprenger Passos) - No momento da Ordem da Dia, quando se votava o primeiro projeto em pauta, responderam a chamada nominal, quarenta dos Senhores Deputados. Quando da votação apenas vinte e cinco participaram do processo de votação, segundo consta na ata.

O SR.AIRTON CORDEIRO - Pela Ordem. (Assentimento). Senhor Presidente, indago da Mesa se os vinte e cinco Senhores Deputados que participaram do processo de votação estão nominados na ata ou não.

O SR.2.º SECRETÁRIO (Adhail Sprenger Passos)- A Secretaria informa a Vossa Excelência que os vinte e cinco que participaram do processo de votação não estão nominados na ata.

O SR.AIRTON CORDEIRO- Agradeço a Vossa Excelência.

O SR.PAULO FURIATTI - Senhor Presidente. (Pela Ordem)- (Assentimento). Quando solicitei certidão dos Deputados presentes e ausentes, solicitei que me fosse dada uma certidão assinada pelo Senhor Secretário, porque como não consta na ata, esta não valerá como certidão.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A lista de presença e de chamada nominal dos Senhores Deputados é automaticamente incorporada à ata, mas Vossa Excelência terá a certidão que requereu.

O SR.AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem)- (Assentimento). Apenas para saber de Vossa Excelência se consta da ata a questão de ordem que levantamos quando do processo de votação.

O SR.2.º SECRETÁRIO (Adhail Sprenger Passos)- Senhor Airton Cordeiro, esta Secretaria informa a Vossa Excelência que lendo, consta o Senhor Deputado Airton Cordeiro, pela Ordem, o qual protesta contra a atitude da Mesa em nominar arbitrariamente os Deputados em condições de votar, ignorando a chamada nominal.

O SR.AIRTON CORDEIRO - Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a ata. APROVADA.

O SR.DONATO GULIN - Senhor Presidente, requiero verificação de votação.

O SR.PAULO FURIATTI- Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal). (O Senhor 1.º Secretário procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

44 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR.IVAN GUBERT - Pela Ordem, solicito certidão com a presença e ausências dos Deputados, na sessão de hoje.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa atenderá o nobre Deputado. Vai se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a ata queiram conservar-se como estão. APROVADA A ATA.

O SR.1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

# EXPEDIENTE:

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do PMDB, indica para o cargo de Titular das respectivas Comissões, abaixo nominados, os atuais suplentes:

Comissão de Constituição e Justiça  
Nestor Baptista

Comissão de Orçamento  
Nestor Baptista

Comissão de Indústria e Comércio  
Rubens Bueno

Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação  
Paulo Furiatti

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente  
Tadeu Lúcio Machado

Comissão de Defesa ao Consumidor  
Djalma de Almeida César

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB.

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do PMDB, indica para o cargo de Suplente das respectivas Comissões, abaixo nominados, os atuais Titulares.

Comissão de Constituição e Justiça  
Roberto Requião

Comissão de Orçamento  
Roberto Requião

Comissão de Indústria e Comércio  
Adhail Sprenger Passos

Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação  
Adhail Sprenger Passos

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente  
Adhail Sprenger Passos

Comissão de Defesa ao Consumidor  
Adhail Sprenger Passos.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA.  
Líder do PMDB.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei de n. 108/85, que autoriza o Poder Executivo a permutar Áreas de Terras de Propriedade do Estado, localizada na cidade de Andirá.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para as Emendas 07, 08, 09 do Projeto de Lei n. 217/84 e para o Projeto de Lei n. 11/85.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985

(a) PAULO FURIATTI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 23/85, que denomina "PARQUE JOÃO PAULO II", a área de lazer situada no Centro Cívico, com delimitações que especifica, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) TADEU FRANÇA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora ISOLDA BOSSO, filha do Senhor LUIZ BOSSO, ocorrido no último dia 08 de setembro de 1985, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, dirigindo-se para o Senhor LUIZ BOSSO, Rua Emiliano Perneta, 581, ap. 42, - 80.000 Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, a consignação de Voto de Regozijo ao radialista e comunicador Luiz Carlos Martins, pelo lançamento do livro "Agora e Sempre". Profissional de comunicação dos mais respeitados e ouvidos do Paraná, Luiz Carlos Martins, sem qualquer favor, é um padrão de caráter, virtude que transmite com eloquência

e segurança aos seus ouvintes de todos os dias, em programa que apresenta na Rádio Independência.

Do presente requeiro se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) AIRTON CORDEIRO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado TELEX ao Excelentíssimo Senador da República Marcos Freire, Presidente da Caixa Econômica Federal, em Brasília, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei n. 4.111-A, do Deputado Federal Léo Simões, que trata da redução da jornada de trabalho dos economiários para 6 (seis) horas.

Conhecemos a sensibilidade do homem público Marcos Freire, hoje investido na alta função de Presidente da CEF, daí acreditarmos no seu parecer favorável uma vez que a reivindicação é das mais justas.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) FIORI LUIZ.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado TELEX ao Excelentíssimo Deputado Pimenta da Veiga, Líder do PMDB, na Câmara Federal, solicitando que o Projeto de Lei n. 4.111-A, do Deputado Léo Simões, seja votado em regime de urgência.

O referido projeto de lei, ora tramitando no Congresso Nacional, estabelece a jornada de 6 (seis) horas para os funcionários da Caixa Econômica Federal.

Entendemos mais do que justa tal reivindicação dos economiários, que desempenham papel idêntico ao dos bancários e devem ser tratados no mesmo nível de igualdade. A redução da jornada de trabalho para 6 (seis) horas nada mais é do que um tratamento na forma da lei.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de Moção de Apoio aos Bancários do Paraná pelas justas reivindicações deflagradas pela categoria.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

((a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

A Assembléia dos quatro mil bancários

realizada ontem à noite de Londrina, confirma de uma vez por todas o acerto da decisão, tomada pelos bancários da região do Norte do Paraná, meses atrás, quando elegeram uma diretoria combativa para seu Sindicato.

Finalmente, os bancários do Paraná, inclusive os do Norte do Estado, desempenham papel ativo e elevam sua voz organizada em busca da conquista dos seus direitos. Categoria politicamente consciente, tinha sua presença diminuída no movimento bancário nacional pelo fato de ter anteriormente um sindicato apagado, distante da categoria, acomodado e apelegado no Norte do Estado.

Reitero nesta oportunidade meu integral apoio e solidariedade à luta pelas justas reivindicações dos bancários brasileiros. A paralisação das atividades bancárias demonstra por um lado o elevado nível de politização e organização da categoria, e por outro lado, revela a intransigência dos banqueiros que acostumaram-se a acumular capital em todos estes anos de autoritarismo e hoje não admitem repassar sequer parte dos seus lucros.

Reafirmo hoje minha certeza no sucesso da luta dos bancários brasileiros, pois suas conquistas representam um avanço da democracia em nosso País.

Viva dos Trabalhadores Brasileiros!!!

Viva a combativa categoria dos bancários!!!

Por uma Constituinte livre e soberana!!!

Chega de exploração!! Não a política do FMI!!

Por um sistema bancário nacional e dirigido com a participação dos bancários.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o mais veemente apelo ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam instalados postos de saúde nos Distritos de Terra Nova e Vila Nova do Município de São Jerônimo da Serra.

Tal pedido se faz necessário para que este município possa vir a contar com o apoio do Estado, prestando assistência aos moradores daquela localidade, visto que nesta região há carência de assistência do órgão.

Por estes motivos, é que solicitamos as instalações dos postos de saúde, e temos certeza, nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e, considerando que, com isto todos concordam, que um plano sério de Reforma Agrária, com o intuito de modernizar a estrutura fundiária do País é, sem qualquer dúvida uma das iniciativas que podem dar ao Governo da Nova República um lugar de honroso destaque na História da Pátria;

Considerando que é por demais comprovado pela experiência de outros países, em todos os cantos do mundo, que o desassossego no campo apenas leva a condições sociais ainda mais graves, com incontestável repercussão nos centros industrializados e que provoca a desestabilização política, econômica e social do País;

Considerando que é necessário que se faça ver aos que postulam o seu quinhão de terra e aos que os insuflam que, se por um lado o Governo é sensível às suas reivindicações, que, por outro lado, tem a obrigação de zelar pelas instituições e não pode compactuar, de qualquer forma, com ameaças e invasões de propriedades de qualquer natureza, como guardião que é, por delegação do próprio povo, das instituições que regem a vida da Nação;

Considerando que a justiça social que se postula não é devida apenas aos menos favorecidos, mas a todos os cidadãos, inclusive os proprietários rurais, que, apesar dos pesares e com muito sacrifício, contribuíram para transformar o Brasil num dos maiores plantadores de grãos do mundo;

considerando, por outro lado, que a intranquilidade que hoje assola os produtores rurais de todos os níveis, criada por notícias desencontradas, pela própria controvérsia existente entre os diversos órgãos Governamentais a que esta afeta o assunto, acrescida das ameaças de invasão de terras, se a solução não for encontrada dentro de um prazo curto, apenas serve para tumultuar, ainda mais a situação, sabido que as desapropriações a serem efetuadas requerem um determinado lapso de tempo, bem maior que o estabelecido pelos chamados "sem terra" e que, a incerteza quanto ao futuro causa nos produtores rurais um considerável desestímulo ao investimento e à melhoria das condições de produtividade.

Considerando, finalmente, que ainda não nos encontramos em um País socialista, jungido por uma implacável ditadura do proletariado, como alguns pretendem e, queira Deus, não sejam bem sucedidos, REQUER, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, o mais veemente apelo no sentido de que tome em suas mãos, de maneira firme

e decidida a condução de tão momentoso assunto, encaminhando este já tão sofrido País para os caminhos da paz e justiça que todos almejamos. Que não se iluda o Presidente da República, ao pensar que os seus firmes pronunciamentos em momentos anteriores serviram para amenizar a situação, se, na prática, um dia após o seu pronunciamento assegurando a intocabilidade da propriedade produtiva, diversos Estados da Federação, órgãos governamentais demonstram que não é este o entendimento daqueles que os dirigem e que o conceito de "propriedade produtiva" é bastante subjetivo e elástico para não tranquilizar ninguém.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985  
(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento de Indicação ao Ministério da Aeronáutica, a fim de que o Departamento de Aviação Civil- DAC - examine a possibilidade de ser estabelecida uma "ponte aérea", entre Curitiba e São Paulo para atender o fluxo crescente de passageiros entre as duas Capitais.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985  
(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O vertiginoso crescimento econômico e demográfico da Capital paranaense, hoje com mais de 1,1 milhão de habitantes e sediando um parque industrial em franca ascensão, faz com que se intensifique o intercâmbio de negócios em São Paulo, maior centro fabril da América Latina.

Na trepidação do mundo moderno os meios mais rápidos de comunicação e transporte representam um imperativo do desenvolvimento do País.

São Paulo e Curitiba são duas Capitais intimamente ligadas a uma mesma origem histórica e uma predestinação comum diante dos desafios econômicos e sociais que o futuro lhes reserva. A medida que o Paraná cresce, o intercâmbio com São Paulo mais se estreita.

O estabelecimento de linhas aéreas com maior número de horários, normalmente chamadas de "pontes aéreas", será altamente benéfico às duas unidades da Federação.

As estatísticas registram progressivo aumento no fluxo de passageiros o que recomenda o DAC a examinar a conveniência da medida, devendo as linhas serem implantadas entre os aeroportos de "Afonso Pena" e "Congonhas", já que a distância em que se localiza o aeroporto de Guarulhos frustraria os benefícios aqui pleiteados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que se faça abertura de agência no Município de São Jerônimo da Serra.

Tal pedido se faz necessário para que os funcionários públicos estaduais, desta localidade, possam a vir contar com o maior apoio do IPE, visto que há carência de atendimento do órgão naquela região.

Por estes motivos, é que solicitamos a abertura dos escritórios, e temos certeza, nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres pares que compõe esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985  
(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Solicita manifestação da Assembléia Legislativa junto ao Congresso Nacional para que seja instituído um Documento de Identidade moderno padronizado e único em todo o território nacional, que substitua a atual cédula de identidade e todos os outros documentos similares.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que esta Casa, ouvido o Plenário, encaminhe apelo ao Congresso Nacional, particularmente às Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, para rápida tramitação e aprovação do Projeto de Lei n. 4.949, de 1984, de autoria do Deputado Natal Gale, que institui o novo documento de identidade do País, sugerindo ainda a substituição de fotografia aplicada por gravação de frente e perfil do cidadão.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985  
(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

A simplificação dos documentos de identidade do cidadão brasileiro é providência que se impõe por um princípio de economia e, também, de racionalidade. O assunto tem sido aventado pelos governos que se sucedem, mas ainda não se chegou a uma providência prática.

Na omissão do Executivo surgiram algumas iniciativas no âmbito do Congresso Nacional. Uma delas é o Projeto de Lei n. 4.949, de 1984, do Deputado Natal Gale, que institui o "Documento Nacional", que, além dos requisitos convencionais de número, nome, filiação, nacionalidade e data de nascimento, conterá o número de inscrição perante o CPF, número de certificado militar, o registro eleitoral, o número nacional de habilitação de trânsito, o número de inscrição em corporação profissional liberal, o tipo sanguíneo RH e moléstias portadas e, finalmente, fotografia e

assinatura do portador.

Achamos que esse documento será da mais alta importância vindo desburocratizar o País de um excessivo número de documentos, reunindo-os numa cédula de identidade única moderna. Nossa sugestão é para que seja abolido o atual processo fotográfico, substituindo-o por uma foto estampada no próprio documento. Isto dificultará enormemente fraudes e falsificações.

Por sua vez, é de transcendental importância que o brasileiro logo tenha um novo documento de identidade para libertá-lo de eternos empecilhos que embarçam sua vida, toda vez que necessita bater às portas de repartições públicas ou para se identificar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que seja dado apoio na recuperação de diversas estradas de leito natural existentes no Distrito Administrativo de Luiziana, pertencente a Municipalidade de Campo Mourão.

A presente reivindicação baseia-se em iniciativa do Excelentíssimo Senhor Nelson José Tureck. Na condição de Vereador e residente no Distrito de Luiziana, este tem sentido de perto a preocupação vivenciada pelo conjunto da classe produtora daquela região, no que diz respeito a questão do estado das estradas em termos de tráfego. Conforme salienta o nobre integrante da Câmara Municipal de Campo Mourão, é imprescindível que as vias de transportes estejam em boas condições, principalmente para as seguintes estradas: Colônia Preta, Bairro dos Inácios e Ponte Branca.

Espera-se o apoio dessa Secretaria de Estado dos Transportes no sentido da revitalização das mencionadas estradas, a fim de que as mesmas permitam o escoamento rápido e seguro da produção agrícola de Luiziana, que aliás já começa a ser colhida.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de um posto de saúde na Vila Roberto Brzezinski, pertencente a municipalidade de Campo Mourão.

Nos últimos anos, de maneira inegável, a Vila Brzezinski vem atingindo um considerado crescimento, principalmente com relação às suas atividades concernentes à agricultura. Tal realidade, conseqüentemente, implica na real necessidade de dotar aquela localidade de estruturas que permitam garantir o bem-estar do conjunto de sua população.

Deste modo, diante dessa constatação, o Excelentíssimo Senhor João Dondaque Rezende da Silva está a propor a construção de um posto de saúde na referida Vila. Segundo aquele integrante do Poder Legislativo Municipal Mourãoense, a implantação de uma unidade de atendimento à saúde, por fim a uma série de problemas, existentes ante a ausência deste tipo de serviço para a população.

Diante da exposição de motivos e de acordo com a iniciativa do nobre Vereador, faz-se necessário, a fim de concretizar esta reivindicação, que esta Pasta libere, conforme sua disponibilidade financeira, recursos de ordem financeira para que a Prefeitura tenha condições de executar as obras pretendidas.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de correspondência ao Senhor Governador do Estado do Paraná, José Richa, e ao Senhor Secretário de Estado da Justiça, Horácio Racanello, pedindo providências para a contratação urgente dos projetos arquitetônicos e complementares da Colônia Penal Agrícola de Cascavel.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente José Sarney, solicitando a imediata revogação da nomeação do Senhor Álvaro Villa Boas na Presidência da FUNAI, e destituição do Chefe da 12.<sup>a</sup> Delegacia da FUNAI sediada em Londrina, em retorno do anterior, Senhor Cornélio Vieira de Oliveira, por ser vontade majoritária da comunidade indígena do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Situação calamitosa existente, conforme atesta farto noticiário da imprensa nacional e estadual. (anexos) E por ser esta

a vontade declarada da comunidade e lideranças indígenas da região Norte do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, no sentido da criação e instalação de uma agência, na municipalidade de Quinta do Sol.

O Município de Quinta do Sol, bem como sua região, tem experimentado um bom desenvolvimento, assumindo posições ainda melhores de destaque na economia da região, notadamente através de suas atividades que dão sustentação sócio-econômica à agricultura e a pecuária.

Neste sentido, faz-se necessário que este mesmo processo desenvolvimentista venha acompanhado de estruturas que permitam, efetivamente, proporcionar um progresso ainda maior, que seja conseqüentemente compatível com as reais necessidades daquele município.

Urge, deste modo, criar mecanismos capazes de garantir o crescimento cada vez maior. No que diz respeito ao setor bancário, Quinta do Sol tem sentido a ausência de uma instituição de crédito que seja instrumentalizada para estimular, sobretudo, o setor agropastoril, de maneira muito particular com relação aos pequenos proprietários.

A criação e instalação de uma agência do banco do Brasil é o que apresenta-se como proposta à altura dos interesses do conjunto da população de Quinta do Sol, conforme manifestação neste aspecto feita pela Excelentíssima Senhora Solange Marques, Prefeita Municipal; do Excelentíssimo Senhor Eduardo Viana Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, em nome dos demais membros daquela Casa de Leis e do Ilustríssimo Senhor Florisval P. de Marcos, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Face à exposição de motivos contida no requerimento, é de se esperar que estudos aconteçam, visando por em prática medidas concretas que possibilitem o atendimento do que ora é proposto; tornando-se, por outro lado, perfeitamente dispensável tecer maiores comentários quanto a importância de Quinta do Sol no engrandecimento do Paraná, para justificar a implantação de uma agência na referida cidade.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N. 194/85.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná;

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação de Alcoólatras, de Cruzeiro do Oeste, Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública, tem como sede e foro, a cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. à Rua Edívino Koterba, 374, está registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Cruzeiro do Oeste, sob número 30 do Livro A-1, de Pessoas Jurídicas, inscrita no CGC sob número 78193851/0001-95, encontra-se em efetivo exercício e serve desinteressadamente a coletividade, não remunerando, a qualquer título, os cargos de sua diretoria tão pouco distribui lucros, bonificações ou vantagens a quem a dirige ou a mantém, tendo sua duração, denominação e finalidades reguladas por estatuto social. Desnecessário se faz justificar os relevantes serviços que a Associação de Recuperação de Alcoólatras presta. Muitos indivíduos se beneficiaram dos cuidados e dedicação da Associação e hoje integram a sociedade desempenhando cargos relevantes.

Por certo, esta lei ganhará o apoio dos Senhores Deputados, vez que preenche os requisitos da Lei Estadual n. 6998.

#### PROJETO DE LEI N. 195/85.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - O Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, bem como os vencimentos, da denominação, a classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, e as respectivas séries de Classe, passam a ser o que consta dos Anexos I, II, III e IV;

Art.2.º - Os cargos constantes dos Anexos I e II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, número e níveis de vencimento;

Art.3.º - Os benefícios do artigo 24 da Lei n. 7.784/83, ficam estendidos aos ocupantes do cargo de Procurador;

Parágrafo Único - Os atuais Procuradores serão classificados na Referência IV;

Art.4.º - A série de Classes de Consul-



tor Legislativo, composta pelas Classes C e B, ficam integradas à de Consultor Legislativo, Classe D, passa a integrar a de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I;

Art.5.º - A promoção ao cargo de Procurador, referência I, obedecerá ao critério de merecimento e antigüidade, entre os Consultores Legislativos, Classe A, referência IV, bacharéis em Direito, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná;

Art.6.º - A antigüidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na Classe, apurada em dias;

Parágrafo Único - Ocorrendo empate na classificação por antigüidade, terá preferência o funcionário que tiver maior contagem de tempo de serviço em cargo de provimento efetivo, privativo a possuidor de diploma de nível superior, do Quadro Permanente de Pessoal da Assembléia Legislativa;

Art.7.º - O Consultor Legislativo, Classe A, Referência IV, com trinta e cinco (35) anos ou mais de Serviço Público, e com vinte (20) anos ou mais de carreira de nível universitário, bacharel em Direito, devidamente inscrito na ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná, terá os vencimentos e as gratificações e demais vantagens correspondentes ao cargo de Procurador, na aposentadoria;

Art.8.º - Na ocorrência de vagas nas séries de Classes de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I, os cargos serão preenchidos por trinta e cinco (35) Bacharéis em Direito, quinze (15) em Ciências Administrativas, dez (10) em Ciências Contábeis, quinze (15) em Ciências Econômicas, cinco (05) em Ciências Médicas, três (03) em Ciências Odontológicas e sete (07) para portadores de diploma de nível superior em outras áreas, previstas nos Anexos I e II, ocupantes de cargo de Classe A, Referência IV;

Parágrafo 1.º - Na série de Classes de Consultor Legislativo, Classe A, Referência I, os cargos serão preenchidos por vinte e cinco (25) Bacharéis em Direito, treze (13) em Ciências Administrativas, nove (09) em Ciências Contábeis, doze (12) em Ciências Econômicas, três (03) em Ciências Médicas, dois (02) em Ciências Odontológicas e seis (06) para portadores de diplomas de nível superior em outras áreas, previstas nos anexos I e II;

Parágrafo 2.º - Os cinco (05) cargos de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I, para portadores de diplomas em Ciências Médicas serão providos por acesso dentre os ocupantes do cargo de Médico, Classe A, Referência IV;

Parágrafo 3.º - Os três (03) cargos de Consultor Legislativo, Classe B, Referência

I, para portadores de diplomas em Ciências Odontológicas, serão providos por acesso dentre os ocupantes do cargo de Dentista, Classe A, Referência IV;

Parágrafo 4.º - Os treze (13) supra-citados, Consultores Legislativos, Classes A e B, Referência I, prestarão serviços dentro de suas especialidades, na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, ficando ainda obrigados a prestar serviços a assessoramento superior em suas áreas pertinentes, sempre que convocados pela Comissão de Saúde.

Parágrafo 5.º - As vagas preenchidas de forma a atender as normas e proporções estabelecidas neste artigo;

Art.9.º - A movimentação de Referência se dará por tempo de serviço e por merecimento;

Parágrafo 1.º - Não poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório;

Parágrafo 2.º - O tempo de serviço que, após concluído o estágio probatório, o funcionário avançará um Referência a cada ano de serviço na respectiva Classe;

Art.10 - A série de Classe de Médico, Classe B, Referência I, passa a integrar a Série de Classe de Médico, Classe A, Referência I, ficando elevada a Classe de Médico, Classe C, para Classe B, Referência I;

Art.11 - A parte Suplementar constante do Anexo III, agrupará cargos que serão automaticamente extintos quando vagarem, se isolados, ou pelo cargo de menor vencimento, feitas as promoções se integrantes de carreiras ou série de Classes;

Art.12 - A série de Classes de Oficial Legislativo compostas pelas Classes D e C, ficam integradas à de Oficial Legislativo Classe B, Referência I;

Art.13 - Aos ocupantes de cargos de Classes ou série de Classes de Assessoramento e Atividades Superiores, será atribuída gratificação de produtividade estabelecida conforme tabela constante do anexo IV;

Art.14 - A Comissão Executiva promoverá por Decreto Legislativo, dentro de trinta (30) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei;

Art.15 - O funcionário que não estiver no efetivo exercício nas funções inerentes do seu cargo administrativo de lotação original, salvo na estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa, não será enquadrado nos termos desta lei até que regularize sua situação funcional, ressaltando ainda os funcionários enquadrados no artigo 128, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Parágrafo Único - Fica vedado o pagamento de gratificação a qualquer título



aos funcionários que não estiverem no efetivo exercício das funções inerentes ao seu cargo, no órgão administrativo de lotação original, ressalvados os cargos previstos no artigo anterior;

Art.16 - Os cargos dos atuais ocupantes dos cargos de Oficial Legislativo, que exerçam as mesmas atribuições e responsabilidades dos ocupantes do cargo de Secretário de Comissão, há mais de um ano, na data da publicação desta lei, designados por decreto legislativo, ficam transformados em cargos de Secretário de Comissão, Classe B, Referência I;

Art.17 - Os cargos criados nesta lei terão o provimento e/ou acesso, as atribuições, responsabilidades e demais características, a cada classe, especificados em regulamento aprovado por decreto legislativo;

Art.18 - Não se preencherá vaga, nem se abrirá concurso para o Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, sem que se verifique previamente a inexistência de Servidor a aproveitar, possuidor da necessária qualificação;

Art.19 - As disposições desta lei são extensivas aos inativos;

Art.20 - As despesas decorrentes da

aplicação da presente lei correrão a conta da verba orçamentária própria do Poder Legislativo Estadual;

Art.21 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/09/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento:

Paulo Furiatti

Osvaldo Alencar Furtado

Rubens Bueno

Fiori Luiz

Gernote Kirinus

Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto pretende-se:

- 01) Racionalizar o Quadro de Pessoal do Poder Legislativo;
- 02) Atribuir remuneração mais justa dentre as Classes e Séries de Classes;
- 03) Corrigir as distorções existentes para que o Quadro da Assembléia Legislativa atenda as finalidades que se propõe.

GRUPO OCUPACIONAL - ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES

ANEXO I

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL	CARGOS
PROCURADOR				18
CONSULTOR LEGISLATIVO	A	I	100	70
CONSULTOR LEGISLATIVO	B	I	94	90
MÉDICO	A	I	88	04
MÉDICO	B	I	82	04
DENTISTA	A	I	88	01
DENTISTA	B	I	82	02
JORNALISTA	A	I	88	06
JORNALISTA	B	I	82	06
REDATOR	A	I	88	04
REDATOR	B	I	82	04
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	A	I	88	12
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	B	I	82	12

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO LEGISLATIVO	A	I	70	10
TÉCNICO LEGISLATIVO	B	I	64	10

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES SUPERIORES

ANEXO II

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL	N. CARGOS
PSICÓLOGO	A	I	88	02
PSICÓLOGO	B	I	82	02
ENFERMEIRO	A	I	88	01
ENFERMEIRO	B	I	82	02
BIBLIOTECÁRIO	A	I	88	01
BIBLIOTECÁRIO	B	I	82	01
ASSISTENTE SOCIAL	A	I	88	02
ASSISTENTE SOCIAL	B	I	82	03
CAPELÃO	A	I	88	01

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

TAQUÍGRAFO	A	I	70	07
TAQUÍGRAFO	B	I	64	08

ANEXO III

PARTE SUPLEMENTAR

Artigo (11)

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL	CARGOS	CARGOS
-----------------	--------	------------	------------	--------	--------

QUADRO ATUAL DE CARGOS

TAQUÍGRAFO	A	I	88	07	01
TAQUÍGRAFO	B	I	82	08	06
OFICIAL LEGISLATIVO	A	I	64	114	13
OFICIAL LEGISLATIVO	B	I	58	40	12
OFICIAL LEGISLATIVO	C	I	52	63	41
OFICIAL LEGISLATIVO	D	I	46	26	26

QUADRO PROPOSTO

TAQUÍGRAFO	A	I	88	07	
TAQUÍGRAFO	B	I	82	02	
OFICIAL LEGISLATIVO	A	I	64	114	
OFICIAL LEGISLATIVO	B	I	58	50	

Obs: Ficam extintos seis (06) cargos vagos iniciais de Taquígrafo e 79 (setenta e nove) cargos vagos iniciais das classes de Oficiais Legislativo.

## GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

CARGOS VALOR  
TAQUÍGRAFOS 323.850

## ANEXO IV

CONSULTOR LEGISLATIVO - CLASSE A - REFERÊNCIA I - PERCENTUAL 100 - VALOR Cr\$ 4.383

## GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

CARGOS	VALOR
PROCURADOR; CONSULTOR LEGISLATIVO	485.936
GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES SUPERIORES	453.528
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	323.850

## GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL	N. CARGO
OFICIAL LEGISLATIVO DE ADMINISTRAÇÃO	A	I	64	30
OFICIAL LEGISLATIVO DE ADMINISTRAÇÃO	B	I	58	50
ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	A	I	52	15
ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	B	I	46	25
ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	C	I	40	30
DATILÓGRAFO	A	I	28	30
DATILÓGRAFO	B	I	22	40
OFICIAL LEGISLATIVO DE SEGURANÇA	A	I	64	03
OFICIAL LEGISLATIVO DE SEGURANÇA	B	I	58	03
AGENTE DE SEGURANÇA	A	I	52	05
AUXILIAR DE SEGURANÇA	A	I	46	03
AUXILIAR DE SEGURANÇA	B	I	40	03
VIGILANTE	A	I	28	04
VIGILANTE	B	I	22	04
OFICIAL LEGISLATIVO DE CERIMONIAL	A	I	64	02
OFICIAL LEGISLATIVO DE CERIMONIAL	B	I	58	04
AUXILIAR DE CERIMONIAL	A	I	46	03
AUXILIAR DE CERIMONIAL	B	I	40	04
ATENDENTE DE CERIMONIAL	A	I	28	03
ATENDENTE DE CERIMONIAL	B	I	22	03
OFICIAL LEGISLATIVO DE RECEPÇÃO	A	I	64	03
OFICIAL LEGISLATIVO DE RECEPÇÃO	B	I	58	03
AUXILIAR DE RECEPÇÃO	A	I	46	03
AUXILIAR DE RECEPÇÃO	B	I	40	04
ATENDENTE DE RECEPÇÃO E PORTARIA	A	I	28	04
ATENDENTE DE RECEPÇÃO E PORTARIA	B	I	22	06
OPERADOR PLENO	A	I	64	01
OPERADOR PLENO	B	I	58	02
OPERADOR JÚNIOR	A	I	46	06
OPERADOR JÚNIOR	B	I	40	06
CALÍGRAFO	A	I	64	01
CALÍGRAFO	B	I	58	01
LABORATORISTA FOTOGRÁFICO	A	I	58	01
LABORATORISTA FOTOGRÁFICO	B	I	46	01
FOTÓGRAFO	A	I	46	01
FOTÓGRAFO	B	I	40	02
CINEGRAFISTA	A	I	46	01

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL	N. CARGO
AUXILIAR DE BIBLIOTECÁRIO	A	I	46	02
AUXILIAR DE BIBLIOTECÁRIO	B	I	40	02
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	A	I	46	01
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	B	I	40	02
TÉCNICO EM COMPOSER	A	I	34	01
TÉCNICO EM COMPOSER	B	I	28	02
TÉCNICO DE SOM	A	I	34	01
TÉCNICO DE SOM	B	I	28	01
IMPRESSOR	A	I	34	02
IMPRESSOR	B	I	28	03
OPERADOR DE AR CONDICIONADO	A	I	34	01
OPERADOR DE AR CONDICIONADO	B	I	28	02
TÉCNICO EM FOTOLITO	A	I	34	01
TÉCNICO EM FOTOLITO	B	I	28	01
TÉCNICO EM MONTAGEM	A	I	34	01
TÉCNICO EM MONTAGEM	B	I	28	02
MOTORISTA	A	I	28	05
MOTORISTA	B	I	22	05
MOTORISTA	C	I	16	06
MOTORISTA	D	I	10	08
TELEFONISTA	A	I	28	02
TELEFONISTA	B	I	22	02
TELEFONISTA	C	I	16	03
ASCENSORISTA	A	I	28	02
ASCENSORISTA	B	I	22	02
ASCENSORISTA	C	I	16	02
ACENSORISTA	D	I	10	04
ELETRICISTA	A	I	28	01
ELETRICISTA	B	I	22	01
ELETRICISTA	C	I	16	02
ELETRICISTA	D	I	10	02
PINTOR	A	I	28	01
PINTOR	B	I	22	02
ATENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS	A	I	28	20
ATENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS	B	I	22	30
ATENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS	C	I	16	30
ATENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS	D	I	10	30

## PROJETO DE LEI N. 196/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## D E C R E T A

Art. 1.º- Fica declarada de utilidade pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PATO BRANCO, com sede foro no Município de PATO BRANCO, neste Estado.

Art. 2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985  
(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

A Casa de Amizade das Senhoras de Rotarianos de Pato Branco, declarada de Utilidade Pública através da Lei Municipal n. 402/81, realiza obra vultuosa junto a comunidade patobranquense.

Colabora com as obras e iniciativas julgadas capazes de promover a melhoria dessa comunidade ou tenta dar solução a qualquer problema humano de caráter social ou individual, dentro das suas possibilidades.

Angaria contribuições entre os sócios, promove iniciativas capazes de facultar renda, sem ferir os princípios da boa cidadania, recebe doações e ajudas de pessoas, entidades públicas ou privadas.

Transforma todas essas rendas em benefícios aqueles que realmente carentes, necessitam das suas benesses.

As realizações dessa Associação são inúmeras, o rol de suas obras é imenso, e portanto, podemos tranqüilamente escolher entre elas, algumas para citar.

Exemplificando, realizaram nos últimos anos campanha de arrecadação de material escolar em favor da "APAE" e da "FUNABEM".

Levaram a efeito a Feira da Maçã, que angariou fundos em benefício das escolas carentes da região.

Fizeram a festa da Páscoa da "APAE", promoveram a campanha do "quilo" (consistiu na arrecadação de quilogramas de gêneros alimentícios para posterior doação), participaram na campanha dos flagelados das enchentes, colaboraram na campanha "Nordeste Urgente", promoveram a semana dos idosos, doaram pão a FUNABEM, fizeram doações de material didático a Escola Municipal Olavo Bilac, doação de refeições ao Presídio Municipal.

Poderíamos citar outras dezenas de realizações, mas achamos que estas servem para mostrar que as propostas dessa Associação são por ela revertidas em realidade.

Portanto torna-se inteiramente crista-

lina a sua obra, seus efeitos são notoriamente conhecidos e por preencher todos os requisitos necessários, deve ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa convida os Senhores Deputados a partir das 16:00 horas, no Pequeno Auditório, Luiz Gabriel Sampaio, para a discussão da Emenda Constitucional sobre eleição em dois turnos.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados.

Dedicaremos ao período do Grande Expediente a nossa interpretação e análise sobre o movimento paredista que hoje se iniciou em todo o País, dos bancários brasileiros. Também, no Grande Expediente, nos deteremos a respeito da análise da questão indígena no Paraná e dos acontecimentos ocorridos nos últimos dias, particularmente na Delegacia Regional de Londrina.

Neste Pequeno Expediente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de abordar rapidamente a triste situação vivida pelo povo chileno que, nesta data de hoje, acumula mais um ano na sua luta pela libertação do seu País, cujo regime há doze anos atormenta a vida daquela Nação.

(Lê):

"Pode parecer distante, Senhores Deputados, falar sobre chilenos. Mas, nunca é distante falar sobre a luta pela democracia. A luta do povo chileno, hoje na clandestinidade em seu próprio País após 12 anos é também a luta de todos nós democratas.

Quando surgiu, o movimento popular chileno, pela democracia, firmou seu objetivo de construir uma sociedade justa e igualitária. Por esse motivo, expressava a necessidade de transitar por novos caminhos estratégicos, com formas de lutas eficazes para derrotar a ditadura de Pinochet e a tomada do poder pelo povo.

Foi de 1970 a 1973, Senhores Deputados, que a participação ativa e militante do povo, em todas as instâncias de poder, cresceu. Como atestam documentos, a visão do povo era e continua sendo de que "o poder popular é instrumento para construir a democracia.

Veio o golpe militar de 1973, mais um golpe na América Latina, numa escalada de direita que ceifou vidas de milhares de jovens e trabalhadores em todo o nosso continente. No Chile, como em outros países latinoamericanos, as cenas de horror não faziam parte de um filme ou de um sim-

ples pesadelo. Foram realidades cruéis. Realidade esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que continua naquele País irmão, apesar dos ventos democratizantes que sopram hoje por Argentina, Uruguai, Brasil e outros.

Hoje, quero me solidarizar com a luta do povo chileno pela libertação. Parte de uma grande corrente da humanidade que luta e anseia pela paz, pelo progresso do homem, pela democracia, pela libertação dos povos e pelo socialismo. É a luta de todos nós democratas.

Não podemos esquecer os momentos de tristeza de milhares de famílias de toda a América Latina que perderam amigos, parentes e até mesmo os mínimos direitos. Não podemos esquecer que a ditadura Pinochet continua. Irmãos chilenos morrem lutando por um País livre e contra o implacável ditador Pinochet que tem a coragem de anunciar para o mundo que pode endurecer ainda mais. A tirania nunca trouxe progresso, Senhores Deputados, a história assim o mostra. A opressão não pode gerar homens livres e sãos. Lembrar a triste situação do povo chileno hoje é lembrar da nossa própria luta pela libertação.

É trazer nossa solidariedade a todos os irmãos latino-americanos e tantos outros povos que querem apenas Justiça e respeito aos seus direitos, que a data de hoje, 11 de setembro, seja e breve, uma página vinda na história chilena e da América Latina".

Este registro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reservando os assuntos de interesses mais próximos não tão distantes quanto os interesses do povo Chileno e Latino-Americano que são relativos aos bancários e a questão indígena para o Grande Expediente que trataremos mais adiante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É comum lermos em órgãos de comunicação do Paraná, ou vemos pela televisão ou ouvimos pelo rádio, elogios proferidos e dirigidos ao Governador José Richa, pela sua política-salarial, em relação aos Servidores Públicos do Paraná.

Tenho em mãos um telegrama que me é encaminhado por professores da Universidade Estadual de Maringá, que solicitam o apoio desta Casa, para uma justa reivindicação, que é o reajuste salarial desses professores, de uma das três Universidades Estaduais do Paraná.

Considerando que as Universidades Estaduais não possuem autonomia financeira, compete ao Governo do Estado, estabelecer os índices e a oportunidade dos reajustes para os professores e funcionários em geral do ensino superior mantido pelo Governo Paranaense.

A crise que hoje enfrenta a Universidade de Maringá, possivelmente seja a mesma crise que enfrentam as Universidades de Ponta Grossa e de Londrina, e acontece exatamente, num dos pontos vitais para a formação da juventude do nosso Estado.

Todos nós sabemos que um dos problemas mais sérios deste País, é a falta de acesso dos nossos jovens ao ensino de terceiro grau, ao ensino universitário, 1% dos brasileiros tem acesso a esse ensino.

O exame vestibular funciona como um verdadeiro funil: muitos ingressam e poucos saem pela porta mais fina do funil: estes compõem esta elite de 1% da juventude brasileira.

O Paraná tem o privilégio de possuir três universidades estaduais que estimulam a pesquisa, que estimulam a formação da nossa juventude, que preparam e formam médicos, advogados, administradores, engenheiros, arquitetos, profissionais de todas as áreas, agrônomos, veterinário e, quando nós nos deparamos com este tipo de problema, quando somos obrigados a vir à tribuna para pedir ao Governador do Estado, atenção aos professores das universidades estaduais, nós ficamos perplexos, porque é a desatenção mais deslavada do Governo, a um setor vital desse mesmo Governo Estadual, e é o Governador quem diz com muita frequência, aliás até ocupou as custas do bolso do povo, cadeias de rádio e televisão, pagando pequenas fortunas por essas transmissões, para dizer que os Servidores públicos do Paraná estão satisfeitos e felizes com o seu Governo.

Esses professores, esses funcionários das universidades estaduais e, especialmente da Universidade de Maringá, também são servidores públicos e recorrem a este Poder, pedindo atenção dos Senhores Deputados, inclusive, clemência em alguns casos, apelam de uma forma muito veemente, porque querem a atenção do Governo do Paraná, para com as suas reivindicações.

Eu transmito esta solicitação dos professores e dos funcionários da Universidade Estadual de Maringá, esperando que o Governador José Richa coloque a "mão na consciência" e se lembre de que a nossa juventude precisa ter acesso as nossas universidades e só a juventude do Paraná terá esse acesso e contará com a competência dos profissionais que nas universidades estão tratando bem daqueles que fazem funcionar o coração e os pulmões das universidades Paranaenses.

Enquanto isso não acontecer, o Governador José Richa não tem porque se vangloriar de sua política de pessoal.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não quero me arvorar em ave de mau agouro, muito menos prenunciar fatos escabrosos que possam acontecer ao Governo da Nova República.

Mas, eu estou vendo com muita intranquilidade, com muita preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fatos lamentáveis que estão ocorrendo neste Brasil, sem a devida, a necessária repressão.

O que aconteceu, há poucos dias passados, em Londrina, foi uma barbaridade. Nós estamos assistindo desmandos de certas facções de brasileiros, ou melhor, identificando, meia dúzia de índios que agrediram violentamente um delegado da FUNAI, em Londrina. Espancaram esse delegado, bem como um delegado-adjunto, querendo demonstrar a sua revolta pela indicação do Senhor Villas Boas, que eu não quero defender aqui nesta Casa, - não defendo o Senhor Villas Boas - mas digo que quero alertar esta Casa para uma baderna generalizada. No Brasil, se confunde democracia com anarquismo.

O Governo da Nova República não tem condições de reprimir esses desmandos, de reprimir os abusos de um Teodomiro, que veio aí desafiando todo mundo, e confessou que, se pudesse retornar há quinze anos passados, ele repetiria tudo que fez: "Matava um Sargento da Aeronáutica e assaltava bancos à mão armada". Não se arrependeu do que fez.

Tudo bem.

Anistia é para esquecermos o passado, mas era necessário que esse Teodomiro retornasse ao Brasil com certa humildade, com certa repressão, com espírito desarmado, e o que ele fez foi incitar a delinquência, incitar a desordem, incitar a baderna.

Eu estou prevendo que o Brasil - se o Governo Federal não se conscientizar - será um novo Vietnam. Dentro de sessenta e nove dias, nós iremos ensinar aos militares que reassumam as suas funções de vinte anos passados; iremos ensinar aos militares que eles sejam os novos "Salvadores da Pátria". E isto tudo está sendo propiciado por que? Porque o Governo da Nova República não tem condições de reprimir as badernas que estão se verificando neste País.

O que tem-se verificado neste Brasil é uma confusão muito lamentável de democracia, com desordens, com badernas, com anarquismo. Anarquismo é um Governo que ninguém manda e ninguém obedece. E isto é o que está se verificando no Brasil.

E eu faço um alerta a esta Casa. Talvez, não seja atribuição de um Deputado Estadual, mas, sim, de um Deputado Federal, de um Senador da República, para que Brasília ouvisse com mais atenção, ouvisse com mais preocupação as lamúrias de um Deputado que, por certo, não chegarão a Brasília.

Mas, eu quero alertar a esta Casa e pedir aos Senhores Deputados, que sintam comigo esta preocupação, que some-se a mim, nesta ânsia de querer evitar que no Brasil campeie a desordem, que no Brasil prolifere a "bagunça", que no Brasil se estabeleça um regime de anarquismo.

Eu entendo, Senhor Presidente, que é uma obrigação de Deputados Estaduais, pedirem às Lideranças estaduais que façam o mesmo, evitando que no Brasil se dê condições para estabelecer uma guerra civil.

Não é com atitudes como estas que estão sendo tomadas em Londrina, que nós iremos chegar a estabelecer um critério de justiça, que tanto chamamos neste Brasil.

O que eu quero é fazer verdadeiramente um apelo ao Governo Federal, que ele mostre que tem responsabilidade, que ele mostre que tem preocupação e que exija que esses índios sejam punidos, demitindo ou não o Senhor Villas Boas. Mas, o que não se pode é querer fazer justiça com as próprias mãos, como está se querendo fazer neste Brasil.

Eu cumpro com o meu dever!

Eu estou aqui dando o meu recado. Se os Senhores Deputados que compõem esta Assembleia Legislativa, fizerem a mesma coisa, Brasília se levantará e coibirá abusos desta natureza, que tanto infelicitam esta Nação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos nos solidarizar com os bancários paranaenses que, a partir de hoje, estão em greve. No Paraná, são aproximadamente quarenta e cinco mil bancários - distribuídos entre os bancos particulares, Banco do Estado e Banco do Brasil.

A negativa dos banqueiros em aceitar os 25% de reposição salarial, criou o impasse e o movimento paredista se estende por todo o Brasil, e atinge mais de setecentos mil funcionários.



O bancário, de um modo geral, ganha por seis horas, mas trabalha dez, até doze horas por dia, prejudicando os estudos, além do desgaste físico e, principalmente mental... É um trabalho altamente desgastante.

Hoje, o Brasil é o paraíso dos grandes banqueiros. Os estabelecimentos particulares tiveram em cinco anos, 5.850% de lucro.

É qualquer cifra de fantástico. Os grandes banqueiros nacionais formam, hoje, uma máfia e o que é pior: ditam normas para a economia do País.

Com a paralisação, os banqueiros viram que terão muito mais a perder do que se atendessem as reivindicações salariais dos bancários.

Foi o tempo em que todo pai sonhava com o filho trabalhando num banco. Hoje, o bancário é explorado com salários aviltantes. Nas clínicas e sanatórios, é expressivo o número de bancários internados com problemas neuróticos.

Um outro dado. Segundo diretores do City Bank, das agências do City Bank, em todo mundo, as que mais dão lucro são as que estão instaladas no Brasil.

Embora a greve seja um direito do trabalhador, alguns setores do Governo Federal reagem como os generais da Velha República. O Secretário da Imprensa da Presidência da República, Fernando Cesar Mesquita, disse que o Governo não vai permitir a "baderna" e está disposto a endurecer. Disse mais, o Secretário da Imprensa da Presidência da República: se vierem "quente" de lá, vai "ferver" do lado de cá. Quem é o Senhor Mesquita na "ordem do dia". Seria um novo discípulo do General Nilton Cruz? Será que são palavras do Presidente Sarney? Afinal o cidadão reflete o pensamento do Presidente.

Nós gostaríamos que essa valentia dos homens do Governo Federal no tratamento com os bancários se transportasse num tratamento para os banqueiros nacionais internacionais, contra os poderosos banqueiros que sempre tiveram a proteção do regime, ontem e hoje.

Uma outra obra-prima que lemos no jornal de hoje, foi a declaração do Ministro João Sayad, um "delfinista", poeta e sonhador. Disse Sayad que os salários estão crescendo muito depressa. O que está crescendo muito depressa, Senhor Ministro, é a revolta da população contra a incapacidade e a incompetência demonstrada até aqui, na solução dos problemas sociais e econômicos da Nação.

Mas, deixando a parte esses "jovens príncipes" da Nova República, nós queremos, mais uma vez, apoiar o movimento de todos os bancários do Paraná.

Era isso Senhor Presidente. (Sem revi-

são do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A greve nacional dos bancários brasileiros, deflagrada a partir de hoje em todo o País, resulta da intransigência dos banqueiros, que teimam impor-se sobre os mais de setecentos mil funcionários do setor. Não concedem um milímetro na defesa das vantagens e privilégios herdados da política econômico-financeira dos últimos vinte e um anos de regime militar.

Enquanto os banqueiros fecham guarda na manutenção dos "direitos adquiridos" de espoliação, mais uma vez a valorosa categoria dos bancários brasileiros assume a vanguarda dos trabalhadores ao reivindicar direitos econômicos e sociais, há anos espezinhados pelo arrocho e pelo entreguismo.

A Nação inteira conhece a justeza das reivindicações dos bancários: incorporação dos 25% de adiantamento concedido em julho; 10% de produtividade, trimestralidade, piso salarial de Cr\$ 1.173.000 pagamento de horas-extras trabalhadas e INPC integral.

Já os banqueiros firmam posição no desconto dos 25% adiantados para só depois assegurarem o INPC integral; por 4% de produtividade, manutenção da semestralidade, piso salarial de 880 mil para os escrivães e 685 mil para a portaria. Uma posição desmascarada pelo próprio TRT de São Paulo, que propõe INPC integral, 4% de produtividade, 8% de reposição salarial, 25% de antecipação salarial em janeiro de 86 e piso de Cr\$ 930.000 e Cr\$ 730.000 respectivamente para os escrivães e portaria, além de 30% sobre a hora-extra trabalhada.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, só neste semestre os banqueiros lucraram 650%, caracterizando uma prática de lucrar muitos pontos acima da inflação e arrochar para muito menos os salários, aumentando sempre os lucros. Esta exploração começa agora a ser publicamente condenada e não será a espúria lei de greve e outros dispositivos legais herdados da ditadura que impedirão os trabalhadores bancários de saírem às ruas, paralisarem suas atividades e vencerem a intransigência dos banqueiros.

No Paraná, ontem os bancários se reuniram em Assembléia Geral e determinaram greve geral, no Estado. Isto faz parte da campanha que já se iniciou em 28 de agosto, no Dia do Bancário, e posso assegurar que durante este período os banqueiros se

mantiveram absolutamente insensíveis na tarefa de buscar soluções globais para a situação de miséria em que se acham os salários do setor.

Importa ainda observar que a especulação financeira tem valioso aliados no aparelho estatal, pois, basta a sociedade pronunciar-se contra os lucros escocchantes obtidos pelo setor bancário, e logo se levantam generais e esbirros de toda a espécie para dizer dos riscos à segurança nacional provocados pelas mobilizações dos trabalhadores. Fazem o jogo às avessas, quando quebra da soberania nacional constitui mesmo, a política bancária praticada no Brasil, que sangra nossos recursos e nossas riquezas.

Mas, já está claro que os valorosos companheiros bancários estão tranqüilos da correção de suas lutas. Foram empurrados para a greve e dela sairão com uma vitória sobre os interesses do patronato. A solução paredista foi adiada ao máximo. E se hoje os bancos estão paralisados é porque a sociedade está enfrentando o pior de todos os patrões: o patrão que explora e massacra não só seus trabalhadores, mas que atormenta e leva ao pânico os comerciantes, os industriais, os agricultores, enfim, toda a sociedade.

Todavia, cabe mesmo aos trabalhadores a tarefa mais enérgica de pôr paradeiro às investidas da especulação bancária. São os bancários que tomam nas mãos o papel de agentes de uma nova história, onde a justiça, a dignidade e os direitos devem valer para todos. De parabéns a categoria dos bancários, porque podem contar com a simpatia do Brasil e dos brasileiros".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A cidade de Curitiba vive a campanha eleitoral para a escolha direta do seu prefeito. Vive um momento histórico, importante, decisivo.

Portanto, este deve ser o tema, o assunto obrigatório ao retomar as atividades político-parlamentares após uma ausência necessária, quase forçada.

Tenho responsabilidade política não apenas e somente com mais de 56 mil curitibanos que me outorgaram um mandato popular tenho responsabilidade com mais de 104 mil paranaenses. Tenho compromisso com meus amigos, com todos os curitibanos em geral.

Tenho dever de dar satisfação, dizer o meu posicionamento quanto ao pleito municipal, em vista da luta desenvolvida antes

da indicação do candidato oficial do meu partido, e, também, devido à minha conhecida posição político-ideológica.

Quero dizer - Senhor Presidente e Senhores Deputados - que as pesquisas estão comprovando aquilo que já sabíamos eu e muitos companheiros: nosso partido é forte, nosso partido tem a preferência popular, mas o mesmo não se pode dizer do candidato. O povo, em sua sabedoria, está dando sua opinião. Na opinião, a resposta. Nós, que sempre fomos atentos aos anseios do povo, devemos ser realistas agora.

É preciso reconhecer que a minoria que escolheu, não escolheu, evidentemente, de acordo com o pensamento da maioria dos filiados ao partido e muito menos com o pensamento dos curitibanos.

Estou no PMDB, continuo no PMDB. O PMDB não é um nome, não é um candidato. É uma grande maioria, é um conjunto de idéias, de propostas, de diretrizes, de compromissos.

O candidato não tem o aval da maioria; tem idéias e posições que conflitam com os anseios do povo curitibano. Por isso, tem o repúdio deste.

Os anseios do povo são suas esperanças; os anseios são por mútuo respeito, liberdade, seriedade, compreensão e desenvolvimento com justiça. Os anseios são, sobretudo, de trabalho e não de retórica e de discurso calcado em ideologias que conflitam com os nossos sentimentos e nossas convicções.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: se me perguntarem a quem apoio, digo que apoio o povo em primeiro lugar, apoio o partido.

Fico com meu partido, que tem a preferência e a confiança populares; fico com o povo. Vamos continuar trabalhando, porque sabemos que o povo acredita em trabalho com seriedade e responsabilidade. Se decidir apoiar outro candidato, recomendando seu nome aos meus amigos e ao meu eleitorado, não acredito que possa ser contestado nem questionado. O PMDB prega a democracia; o PMDB sepultou a tão repudiada lei da fidelidade, que nos obrigava a aceitar situações nem sempre aprovadas pelo povo. Não poderão me questionar sem antes questionar um caso semelhante vindo de um que se diz autêntico integrante do Ministério.

Estou e estarei tranqüilo, porque estou e estarei com a minha consciência, com a minha convicção e - principalmente - com o meu povo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerra o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputado.

Faço a leitura da justificativa do requerimento que submeto à apreciação dos nobres Deputados, apreciação e aprovação.

Trata-se do envio de uma moção de apoio aos bancários do Paraná, através da Federação Estadual e do Sindicato dos Bancários de Londrina, pelas justas reivindicações pelas quais a categoria vem lutando. (Lê a)

JUSTIFICATIVA:

"A Assembléia dos quatro mil bancários, realizada ontem à noite, em Londrina, confirma de uma vez por todas o acerto da decisão tomada pelos bancários da região do Norte do Paraná, meses atrás, quando elegeram uma diretoria combatido para seu sindicato.

Finalmente, os bancários do Paraná, inclusive os do Norte do Estado, desempenham papel ativo e elevam sua voz organizada em busca da conquista dos seus direitos. Categoria politicamente consciente, tinha sua presença diminuída no movimento bancários nacional pelo fato de ter anteriormente um sindicato apagado, distante da categoria, acomodado e apelegado no Norte do Estado.

Reitero nesta oportunidade meu integral apoio e solidariedade à luta pelas justas reivindicações dos bancários brasileiros. A paralisação das atividades bancárias demonstra por um lado o elevado nível de politização e organização da categoria e, por outro, revela a intransigência dos banqueiros que acostumaram-se a acumular capital em todos estes anos de autoritarismo e, hoje, não admite repassar sequer parte dos seus lucros.

Reafirmo, hoje, minha certeza no sucesso da luta dos bancários brasileiros, pois, suas conquistas representam um avanço da democracia em nosso País.

Viva os Trabalhadores Brasileiros!!!

Viva a combativa categoria dos bancários!

Por uma Constituinte Livre e Soberana!!!

Chega de exploração! Não a Política do FMI!

Por um sistema bancário nacional e dirigido com a participação dos bancários."

Solicito aos Senhores Deputados integrantes desta Assembléia Legislativa a apreciação e aprovação desse requerimento de apoio aos bancários, especialmente do Norte do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como havíamos anunciado brevemente na nossa fala, no Pequeno Expediente, nós gostaríamos de, nessa oportunidade, emitir algumas considerações rápidas relativas aos acontecimentos ocorridos no Paraná, particularmente em Londrina nesses últimos

dias, envolvendo a questão indígena.

A imprensa anunciou fartamente desde o início da semana passada o impasse criado com a nomeação pelo Senhor Presidente da República, mais particularmente através do Ministro Ronaldo Costa, do Ministério do Interior, do Senhor Álvaro Villas Boas para Presidente da FUNAI, gerando imediatamente um inconformismo na comunidade indígena nacional e em setores que acompanham e trabalham com a questão indígena.

Lamentavelmente, o desdobramento dos acontecimentos levou ao episódio acontecido antes de ontem, na Delegacia de Londrina, quando os índios que já ocupavam o prédio a cerca de uma semana impediram a permanência do Delegado substituto, naquele recinto.

Sou testemunha, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de boa parte do desenrolar do processo, pois, lá na Delegacia, passei toda a segunda-feira desta semana, discutindo, conversando, dialogando com a comunidade indígena, com o Delegado interino, aguardando que estava, toda a comunidade indígena, a chegada e posse do Delegado substituto, nomeado.

Sou testemunha da disposição de negociar e receber o Delegado nomeado, em que pese toda a insatisfação pela destituição do Delegado anterior, Senhor Cornélio Oliveira, que já havia desempenhado as funções de Delegado, de Agente do Posto Indígena de Apucarana, São Jerônimo da Serra, melhor dizendo, no período de 79 a 82, que já havia sido remanejado pelo Senhor Álvaro Villas Boas quando então detinha o cargo de Delegado dessa mesma 12ª Delegacia quando sediada em Bauru, e agora, de um ano para cá, tendo assumido a Direção da Delegacia de Londrina, conquistou, reafirmou aliás, a confiança já conquistada anteriormente no seu trabalho, que já vem há mais de dez anos, com a questão indígena brasileira!

Só um exemplo, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, para atestar a integral solidariedade que os indígenas do Norte do Paraná - que é uma comunidade importante, cerca de quatro mil índios em várias Reservas - tinham, em relação ao Delegado então destituído, Senhor Cornélio Oliveira.

O fato de que, pela primeira vez, na área dessa Delegacia, os recursos financeiros provindos da comercialização da produção agrícola nas reservas, passavam a ser ingeridos em conjunto, pelo representante chefe do Posto Indígena e pelos caciques líderes das respectivas comunidades; anteriormente jamais tinham acesso aos recursos e nem à prestação de contas dos recursos.

Não procede, portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado, as

acusações que tanto o Delegado substituto, Senhor Gilberto Borges faz, à "FOLHA DE LONDRINA" e a imprensa fez ontem, e hoje novamente, de que a situação criada seja fruto de manipulação por pessoas da própria FUNAI, ou por agentes de estranhos, como também não procede, a acusação que ele faz, a própria "Folha de Londrina" hoje reproduz que, ontem, procurado, iniciou conservação com a imprensa reforçando a sua interpretação de que, esta era responsável pelos acontecimentos, sendo tudo culpa dos jornalista que, finalmente, haveriam conseguido o que queriam desde o início, que seria o tumulto. Lamentavelmente, Senhor Presidente, nós nos deparamos, hoje, com o chefe, pretensão Chefe de Delegacia da FUNAI, numa área já notoriamente conflituada, emitindo opiniões dessa ordem sem ter tomado conhecimento, na verdade, de qual era o clima e de qual é o nível de consciência e de organização dos indígenas no Norte do Paraná que inclusive criaram, no último dia 3, já no início da crise implantada na FUNAI, que hoje existe e que lamentavelmente, pelas declarações que nós podemos constatar, da imprensa, hoje, do Senhor Ministro Ronaldo Costa Couto, tende a perdurar, pois, não será desativando a Delegacia de Londrina, da FUNAI, que o problema será resolvido, como também não o será, reforçando a Delegacia de Curitiba, da FUNAI, que se poderá dar conta de todo o trabalho que existe nas reservas indígenas do Paraná que como todos nós sabemos, é um dos Estados que mais presença tem em termos de população indígena e de áreas demarcadas.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, hoje também, a própria "Folha de Londrina" retrata as declarações do Chefe substituto, que esse sim, assumiu, sem maiores problemas, porque, parece, tem um pouco mais de diálogo e não chegou como o anterior, como o de Londrina, querendo impor condições e se negando a dialogar, mas, esse mesmo chefe aqui de Curitiba - que não conheço e nada de pessoal tenho em relação a sua pessoa, aí estão as declarações iniciais dele à imprensa:

"A mudança na direção da FUNAI nos pegou de surpresa, pois o nome de Álvaro Villas Boas nem era cogitado para a presidência, principalmente porque está há muitos anos afastado do trabalho com os índios. Para mim também foi surpresa saber que o meu amigo Eustáquio Machado, com quem trabalhei durante muitos anos, foi demitido e eu fui colocado no lugar dele."

São as palavras do atual chefe do posto da Delegacia da FUNAI em Curitiba.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a figura de Álvaro Villas Boas é por demais conhecida no meio da comunidade indígena nacional, no meio da comuni-

dade científica nacional, pela sua histórica antipatia e defesa dos interesses não indígenas, no trato da questão indígena brasileira.

Buscamos, naquele dia, na Delegacia da FUNAI de Londrina procurando intermediar os entendimentos, buscamos e fizemos contato com o Senador Álvaro Dias que, imediatamente, fez o contato com o Ministério do Interior, com a assessoria da própria FUNAI em Brasília nós também o fizemos, através do telefone, e com o próprio governo do Paraná, uma vez que o Conselho Indígena do Paraná, formado em Londrina no início desse processo, havia prestado esclarecimentos e solicitado a intervenção por parte de todos os órgãos em sociedade sensíveis ao problema.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nada disso teve sucesso e ocorreram os fatos que continuam se desdobrando e, segundo a perspectiva, não enchemos possível solução. A não ser que haja uma profunda reflexão e uma outra tomada de posição por parte da Presidência da República, por parte do Ministério do Interior em relação a essas nomeações.

Nesse sentido, convencidos que estamos da profundidade dessa crise, dos desdobramentos que pode trazer não só à comunidade indígena mas aos demais setores sociais brasileiros, convencidos profundamente que estamos dessa particularidade, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, é que submetemos à apreciação dos integrantes desta Casa, um requerimento cuja fundamentação nós aqui o fazemos, verbalmente, e cujo documentação, inclusive, anexamos ao requerimento: recortes de jornais, ata das reuniões realizadas pela comunidade indígena com as lideranças de todo o Paraná e de outros Estados nesses dias em Londrina, com a Ata de fundação do Conselho Indígena do Paraná, cujos objetivos e finalidades estão, claramente, delineados. Ou seja, fundamentando desta forma, o requerimento a que submetemos ao plenário desta Assembléia e também dirigimos expediente ao Senhor Presidente da República, solicitando a imediata revogação da portaria nomeando o Senhor Álvaro Villas Boas para a Presidência da FUNAI e a destituição do Chefe da 12.<sup>a</sup> Delegacia da FUNAI, sediada em Londrina, com retorno do anterior, Senhor Cornélio Vieira de Oliveira.

Penso até, Senhor Presidente, não formalizo nessa oportunidade porque a imprensa hoje nos comunica que já várias entidades e a própria Câmara de Vereadores em Londrina, na qual estivemos juntos com a comunidade indígena do Norte do Paraná, presentes antes de ontem e a própria Câmara de Vereadores de Londrina, me parece, já nomeou, no dia de hoje, uma comissão de

vereadores para servir como intermediários na averiguação das responsabilidades dos lamentáveis episódios ocorridos na 12.<sup>a</sup> Delegacia da FUNAI em Londrina.

Mas, esse requerimento solicitando ao Senhor Presidente da República a revogação das nomeações realizadas, nós entregamos à Mesa desta Casa esperando contar com a avaliação e aprovação dos Senhores Deputado.

Por último, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, somente registrando mais uma vez o que a Presidência já fez no início da sessão o convite a todos para que compareçam e participem da audiência pública que, dentro de alguns minutos e provavelmente pelo restante da tarde, se realizará no pequeno plenário deste Poder, discutindo o assunto relativo à eleição em dois turnos para prefeitos e governadores, Emenda à Constituição do Estado que tramita nesta Casa. Mas, tão importante quanto os subsídios, a nossa avaliação nesta questão é a discussão do quadro político nacional e das notícias que hoje a imprensa nacional reproduz, inclusive, dizendo da provável aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei do Deputado Álvaro Vale que institui eleição direta em dois turnos para prefeitos de capitais ainda neste ano.

Muito obrigado, Senhor Presidente.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrando o Grande Expediente, passa-se para o Horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - No Horário da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro falarão dos Deputados Acir Mezzadri e Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Brasil possui 45.000 Km de rodovias asfaltadas e cerca de 150 bilhões de dólares imobilizado em rodovias. Se compararmos a situação atual do País com o que ocorria na década de 50, constatamos que, hoje os três Estados sulinos possuem uma malha rodoviária respeitável, como também os demais Estados Brasileiros.

Todavia, se aplicados os padrões internacionais que têm como base um índice, fixado em Km de rodovias x veículos x superfície territorial x número de habitantes, ficamos na posição de 1/3 das estradas mexicanas, 1/4 da rede argentina, 5 vezes menor que a do Canadá e 10 vezes me-

nor que a da Austrália. Acresce o fato de que 70% das nossas rodovias estão em ruínas.

O Ministro dos Transportes, em conferência na Escola Superior de Guerra, discorreu sobre esse problema e sobre a inexistência de um plano de conservação das rodovias asfaltadas. Não existe trabalho preventivo, que alonga a vida útil de uma rodovia. Ao invés de conservação preventiva o que se acaba fazendo, com grande ônus público, é a restauração completa. A estrada além de causar problemas quanto à alocação de recursos para sua restauração, acelera o desgaste da frota rodante do País.

O eixo principal do sul é a BR-116; o trecho Curitiba - São Paulo afunila basicamente todo o tráfego do sul. Estes 400 km de extensão, com apenas 150 km de pistas duplas, encontram-se em sofrível estado de conservação; do mesmo modo a BR-116, entre Jaguarão e São Paulo.

As estradas transversais que alimentam o eixo principal e dos dois eixos secundários (BR-101 - BR-153), alternam péssimos, mas aceitáveis.

Segundo o Ministro dos Transportes, 2.000 km precisam de recuperação urgente, mas só 500 km estão com obras em andamento. A BR-364 que liga Porto Velho a Rio Branco, terá prioridade a seguir. O que se faz necessário é que o Ministério dos Transportes disponha de recursos para a manutenção preventiva de sua malha rodoviária.

O Ministério dos Transportes não possui recursos para restaurar e conservar as nossas rodovias, em função do lento e progressivo processo de esvaziamento do Fundo Rodoviário Nacional.

Se há 39 anos atrás, 40% dos recursos do Imposto Único sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos iam para o DNER, hoje tal percentual está literalmente reduzido a zero. O órgão não viu nos últimos anos um centavo sequer do Imposto Único e suas escassas verbas estão cada vez mais da dependência da boa vontade da SEPLAN.

A deterioração do Fundo Rodoviário Nacional recebeu a pá de cal com a Lei n. 6.093, de 29.08.74 que reservou uma parcela crescente do Imposto Único destinado à União, para aplicação prioritária, a critério do Governo, nos setores de Minas e Energia, Transportes e Comunicações. Era o início do atual sistema da "caixa - única".

Através dos famosos "decretos-lei", o coeficiente de participação do FRN na arrecadação do imposto único, passou a apresentar o seguinte comportamento: 24,6% é destinado aos Estados; 8,0% aos municípios e 67,4% à União. Portanto, o DNER,

Órgão criado para construir e conservar nossas rodovias, ficou completamente esvaaziado. O mesmo ocorreu com a TRU - TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA e o Imposto Sobre Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros. Outros tributos com suas arrecadações, sendo centralizados na "caixa única", passaram a constituir-se em recursos ordinários do Tesouro Nacional, sem qualquer vinculação a órgão, programa, fundo ou despesa.

O próprio Ministro dos Transportes em entrevista concedida à Revista Transporte Moderno, de Maio de 85, declarou:

"Para as rodovias, a solução seria criar um Fundo ou Participar dos impostos já existentes, como o Imposto Único sobre Combustíveis Lubrificantes ou a TRU - Taxa Rodoviária Única. Mas, isso depende de legislação específica, debatida e aprovada pelo Congresso".

A atual situação crítica das nossas rodovias deve ser encarada com seriedade e de imediato, pois as estimativas mais otimistas, orçam o custo de reconstrução de um km de rodovia, em torno de 1,0 a 1,5 bilhões de cruzeiros, dependendo da região, e o custo de restauração também de um km, em Cr\$ 600 milhões.

Segundo dados oficiais do DNER, o Ministério dos Transportes necessita de Cr\$ 7 trilhões para tornar transitáveis as nossas rodovias federais, e só para manutenção, isto é, depois de prontas, são necessários Cr\$ 2,5 trilhões.

Os seguintes valores de tributos recolhidos com destinação específica em Lei para o Ministério dos Transportes, foram direcionados nos últimos 10 anos para a "caixa única" da SEPLAN ou seja:

Cr\$ 99,7 trilhões de Imposto Único.

Cr\$ 25,0 trilhões da TRU - Taxa Rodoviária Única.

Deve-se através das Entidades de Classe, ligadas ao setor, solicitar a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, as seguintes providências:

1) - Destinação urgente de verbas para conservação de nossas rodovias e ferrovias;

2) - Alocação no Ministério dos Transportes, dos recursos arrecadados no Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos Minerais e Gasosos, da Taxa Rodoviária Única e do ISTR - Imposto sobre Transporte Rodoviário de Carga e Passageiros.

3) - Criação de Grupos de Trabalho para que haja destinação de recursos permanentes e diretamente destinados ao Ministério dos Transportes, e que se defina um plano nacional de manutenção das rodovias, por um espaço mínimo de cinco anos, a fim de que não se tape buraco quando a rodovia já estiver perdida, mas que se faça con-

servação prévia a exemplo de outros países.

A luta por tais medidas se constituirá em gesto de patriotismo, evitando que se atinja o caos num setor de tamanha importância para a economia nacional, razão pela qual convocamos a todos os Parlamentares com assento nesta Casa, bem como às autoridades constituídas, a unirem seus esforços, visando a um saneamento do problema.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O PMDB é um partido forte e vitorioso não pelo número dos seus adeptos, porém pela força e convicção das suas idéias.

O PMDB de Curitiba, lançou à Prefeitura desta cidade o mais forte e o melhor dos candidatos que a convenção disputaram. Fez-se então a aliança do partido, estruturado ideologicamente com o candidato assinado com as causas democráticas e sociais de 20 anos de luta contra a prepotência e contra o arbítrio e, principalmente, contra as injustiças sociais.

Lamentamos profundamente os competidores de Roberto Requião vencidos no pleito democrático ainda não se atentarem para a necessidade de se submeterem ao resultado da democracia que é o predomínio das maiorias.

O PMDB apanhou da ditadura e dos milhares de cabeça erguida e de espinha vertical mostrando que não é pela temeridade ou pelo temor que se constrói uma Nação, que se prega e implanta numa Pátria a justiça social que todos nós queremos e desejamos para a classe trabalhadora. Classe trabalhadora esta que ainda hoje pelo Brasil afora está em greve, porque ainda sofre os respaldos da política econômica e financeira e salarial da ditadura desumana que massacrrou esta Pátria e, principalmente, os lares onde vicejam a honra e a dignidade do trabalhador brasileiro.

Ainda hoje esta Nação paga o preço do silêncio de muitos e da covardia de tantos que deixaram que o predomínio da ditadura fizesse desta Nação algo empobrecido internamente e indivíduo externamente.

O PMDB começa apenas a sua caminhada e nesta cidade sorriso do Paraná, Roberto Requião sem soma de dúvida é o nome que a convenção escolheu para representar os seus ideais e seus postulados de luta por justiça social, ponto maior do nosso programa partidário.

As pequenas questões particulares e pessoais não devem prevalecer acima dos



interesses da coletividade. Assim apelamos às pessoas que ainda estão na indecisão, para se submeterem ao resultado democrático-da convenção ou hoje ou amanhã e, haverá de ser o amanhã da justiça social neste País, com um salário justo, com o trabalhador tendo o seu valor reconhecido e os patrões respeitando seu direito de lucro.

Nós não podemos companheiros, Senhores Deputados e Senhor Presidente, aceitar após 21 anos de arbítrio, de injustiças em todos os níveis e em todos os terrenos que a memória nacional se faça de esquecida e esqueça as invasões dos sindicatos, o silêncio e a mordada imposta aos sindicatos quando impediam o trabalhador de reivindicar o permanente e necessário equilíbrio salarial. O PMDB simboliza ainda a continuidade desta luta, critica-nos por não termos assumido o Governo, é porque a democracia não é uma coisa que nasce da noite para o dia, é o dia a dia, é o trabalho, é a luta permanente e o sacrifício de todos, no desejo maior de fazer da Nação, uma Pátria una, indivisível, embora contradizendo-se nos seus postulados e nas suas filosofias, mas com um único caminho a trilhar, que é a felicidade do seu povo.

Em sendo assim, companheiros, doi-me na alma ouvir um companheiro dos mais queridos como é o Deputado Ervin Bonkoski vir a esta tribuna e dizer que o Partido é forte, mas o nosso candidato não o é. O nosso candidato é, porque é respaldado numa convenção e na Maioria do PMDB de Curitiba, que assim determinou e somente os que têm espírito democrático, sabem respeitar e aceitar as decisões das convenções dos seus próprios partidos.

Por conseguinte, deixo o apelo ao meu amigo pessoal, Ervin Bonkoski, para que submeta-se à decisão da convenção e vamos juntos, porque até aqui viemos juntos, desde 1982, e vamos juntos para a vitória e para a continuidade que não determina neste pleito para continuidade da luta por justiça sociais que esta Nação anseia. A fome ronda os lares brasileiros; a fome está a gritar mais forte do que a consciência dos homens do passado, mas haveremos nós do PMDB de estar presentes para dizer que esta Nação ainda tem consciência, e fará justiça aos trabalhadores, pelos braços, pela luta e pela vontade do PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Deputado Gabriel Manoel e em seguida o Deputado Jorge Maia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Digno Presidente, Companheiros Deputados.

Nós ouvimos com satisfação o Deputado Fiori Luiz, ao fazer um reparo no seu companheiro de Partido, o Ministro Sayad, ao invés do Deputado Fiori Luiz fazer as lamentações, deveria telefonar ao seu companheiro de Partido, Franco Montoro, que fazem parte da mesma grei, e nós olhamos decepcionados os apelos do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que no momento de fazer uma declaração que a fome ronda os lares brasileiros, ele esqueceu de que ele faz parte do Governo, quase três anos do Governo do PMDB paranaense. Quase um ano de Governo do PMDB da nossa Nação Brasileira, a terra generosa de Santa Cruz. O que ele quer mais? Modificar o que?

Se em três anos não conseguiram modificar, seria como diz o caboclo "chover no molhado". Que esperamos mais, quando o Deputado Fiori Luiz assume a tribuna, no muro das lamentações, para fazer um apelo aos bancários paranaenses e que indicaram o seu ministro, o ministro do seu Partido, o ministro de Franco Montoro, então nós ficamos abismados, ficamos estarelecidos, como navio que não tem rumo.

Então, Senhores Deputados, imprensa do Paraná. Vejam a anomalia desses homens dignos que vêm à tribuna, não para criticar os seus companheiros; não para criticar essa Nova República que está completamente falida; não para criticar nada, mas, apenas para fazer demagogia. Se quisesse o Deputado Fiori Luiz, por intermédio do seu Partido, do Senhor Governador, iria dizer ao Ministro Sayad e ao Governo de São Paulo que o colocou nessa posição, que tivesse piedade e clemência dos bancários paranaenses e brasileiros.

Ele vem aqui para nos fazer de trouxas. Quem não sabe que o Ministro pertence exclusivamente ao Partido da Situação? Quem não sabe quem indicou o Ministro Sayad? Talvez o Deputado Fiori Luiz esteja "fora de bitola".

Deputado Fiori Luiz, o seu companheiro, Governador de São Paulo, Franco Montoro, o homem que tapeou mais de 6 milhões de brasileiros, e nós aqui... Deputado Tadeu Lúcio, basta que Vossa Excelência seja breve, lhe concederemos o aparte.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, e só não estou entendendo bem a situação, nobre Deputado, e por isso resolvi apartear-lo. Porque, ao que consta, Vossa Excelência representa nesta Casa e pertence ao Partido da Frente Liberal, que faz



parte da ALIANÇA DEMOCRÁTICA, e, por via de consequência, é situação. O que eu estou entendendo é que a Frente Liberal do Paraná deve estar reclamando porque ainda não conseguiu os cargos que solicitou ao Governo Federal.

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado, Vossa Excelência não é tão mesquinho como está se fazendo parecer hoje. Nós não estamos pensando em cargos. Vossa Excelência desceu ao mais baixo nível parlamentar, talvez por sua idade, talvez por sua falta de preparo. Nós estamos falando em fatos reais e Vossa Excelência vem, neste momento, com sua inteligência, sua juventude, falar bobagens. O que talvez Vossa Excelência não saiba, que o Ministro Sayad pertence a sua grei.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- O Ministro Aureliano Chaves pertence a sua grei.

O SR. GABRIEL MANOEL - Isso é problema seu. O Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Deputado Tadeu com a sua juventude, mas com a sua falta de experiência, talvez não saiba que o Ministro Sayad foi imposto por Franco Montoro. Porque agora não se rebelam os homens do "senta-levanta", os homens de nycron, os homens da democracia transparente? Talvez o Deputado Fiori Luiz ao dizer...

O Sr. Edmar Luiz Costa- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Os homens do PMDB estão "que nem cego em tiroteio", pois vão perder as eleições em Curitiba. Porque nós que apoiamos a candidatura vitoriosa de Jaime Lerner, havemos de trazer Curitiba dentro da humilde peculiar dos homens da Frente Liberal, dos homens que não vacilam a criticar o errado e o certo. E dos homens que sabem mais os Ministros que são apontados pelo PMDB que até o momento não teve a consciência de saber que estão na situação, pois são acostumados, Deputado Tadeu Lúcio Machado, a ficar na Oposição.

Sabe Vossa Excelência, que Aureliano Chaves é um dos Ministros que está sustentando essa República? Sabe Vossa Excelência, Deputado Tadeu Lúcio, que o Ministro Sayad está sendo criticado pelos seus companheiros? Sabe Vossa Excelência que este Partido, que eu admiro, na eleição de Curitiba está num banco de areia a dissolver-se, e Vossa Excelência, como diz meu amigo Anibal Khury, tem direito de "jus esperniandus", Vossa Excelência esperneia, mas nós com a vitória na mão, haveremos de ganhar as eleições com Jaime Lerner, e se Jaime Canet não for candidato, nós só trocamos o sobrenome.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o impetuoso Deputado, Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu queria discordar um pouco do pronunciamento do Deputado Furtado, quando diz que o PMDB está no começo de uma caminhada. Para mim, na realidade, o PMDB já está andando de garupa numa bicicleta, porque até hoje não souberam como ocupar o Poder neste País.

Mas o que me trouxe na realidade a esta tribuna hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi a cena ridícula em que eu tive a insatisfação de presenciar, ontem, em uma emissora da televisão, quando o Ministro do Trabalho, Doutor Almir Pazianoto, veio ler uma nota oficial dada pelo Governo do PMDB. Dizia o Ministro naquela nota, e particularmente em uma entrevista, que estava sentindo-se de uma maneira muito preocupante, com o problema das greves; que estava sentindo-se muito apreensivo com o problema das greves no País.

Muito me admira, Senhor Presidente e Senhores Deputados. O Ministro do Trabalho, foi quem por mais de dez anos neste País, fomentou as greves, instituiu os piquetes nas portas de fábricas, e veio ontem, de uma maneira que nós não conhecíamos, na nota oficial do Presidente da República, fazer ameaças contra os grevistas atuais. Isso na realidade choca. Choca a personalidade de qualquer cidadão brasileiro. Porque um homem que fica dez anos apregoando a greve, fica dez anos apregoando piquetes em porta de fábricas, vem agora, porque ocupa um cargo no governo, fazer ameaças aos grevistas, dizendo como já foi dito pelo Deputado Fiori, pode vir quente que nós estamos fervendo. Aonde está a democracia transparente apregoada pelo PMDB, que aos poucos está se esfacelando, pela falta de pulso e de capacidade para governar esta Nação?

Concedo o aparte ao Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro- Deputado Jorge Maia, Vossa Excelência faz pronunciamento oportuno, que merece o nosso integral apoio. Não só endosso as colocações que Vossa Excelência faz, como também julgo necessário afirmar que o Governo da Nova República adotou o velho refrão: "Faça o que eu digo mas, não faça o que eu faço". Esta é a grande realidade Vossa Excelência aborda um aspecto de efervescência social.

Quem distribuiu neste País a idéia de que todos os problemas seriam soluciona-

dos, são exatamente estes que hoje são responsáveis pela política social, pela política econômica, pela política financeira e pela política em si, do Governo Federal.

Os bancários estão em greve. Outras categorias vão seguramente adotar a mesma linha, porque o Ministro do Trabalho, lembra Vossa Excelência, com muita sabedoria, como advogado sindical, foi coordenador de greves no ABC em São Paulo, influenciou greves, e hoje não tem autoridade moral para proibir as greves. O Senhor Fernando Lira, Ministro da Justiça radical de ontem do PMDB, ameaçou grevista recentes do sistema de transporte coletivo de Brasília.

Então, Vossa Excelência vê a contradição em que mergulha este País. Eu quero aproveitar o pronunciamento de Vossa Excelência, não só para apartear-lo como também para me solidarizar com os bancários que estão fazendo greve reivindicando os seus direitos. Há setor que ganhe mais no País do que o setor bancário? Claro que não. E os bancários têm uma imensa responsabilidade na segurança, na manipulação, na guarda do dinheiro da população brasileira. Conseqüentemente, são merecedores de mais atenção dos seus patrões. E por esta razão, nós os apoiamos, e nos aproveitamos do pronunciamento de Vossa Excelência para oferecer este apoio.

Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, apenas um minuto para concluir.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedido.

O SR.JORGE MAIA FILHO- Apenas, nobre Deputado Aírton Cordeiro, a quem pode entender nas entrelinhas das declarações de ontem, dos Ministros de Vossa Excelência vai ficar atento a isto: o Governo está procurando uma maneira única do reajuste salarial. Única.

Uma mensagem o Conselho Político do Senhor Presidente mandará ao congresso. E isto quer dizer o que? Que será decretada a falência dos Sindicatos do País. Com isto tirarão o poder de negociação dos Sindicatos do País. Isto, veio ontem o Ministro Almir Pazzianotto, que até ontem vivia "pinduricado" nos Sindicatos brasileiros, veio ontem dizer em público, que será na realidade a decretação da falência dos Sindicatos.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A palavra está com a representação do PDS.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A palavra está com a representação do PDT.

O Sr.Nelson Buffara- Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR.ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil caminha para uma série de crises, crises essas de grande alcance social: desemprego, criminalidade, movimentos grevistas, etc. No Paraná, por exemplo: a Universidade de Londrina parada; a Universidade de Maringá também parada; funcionários públicos estaduais reclamando do Governador José Richa melhorias salariais, como vimos ontem, esta Casa ainda presenciou através dos agentes de Segurança, o movimento que a classe vem realizando. No Poder hoje, os homens do PMDB que num passado muito recente, eram os grandes incentivadores, os grandes instigadores das greves e agora, o papel se inverte e de instigadores de greves, eles passaram à repressão de greves. Aqueles mesmos homens que na praça pública, com a bandeira do PMDB defenderam o direito do povo voltar a eleger o Presidente da República, mas que hoje no Poder, falam cinicamente, que quem defende a eleição direta para Presidente, está querendo "dar o golpe" em nosso País. Será que o PMDB quando foi à praça pública, estava querendo "dar golpe" quando levou mais de um milhão de brasileiros à Praça da Sé, em São Paulo ou mais de dois milhões de brasileiros, no Rio de Janeiro, cobrando o restabelecimento das eleições diretas?

Hoje o PMDB no Poder da Nova República, é contra qualquer tipo de greve. Os metalúrgicos do ABC em São Paulo, foram massacrados por um engenhoso esquema da máquina do Governo que preparou todos os veículos ao seu alcance, para inverter as posições, de tal forma que os metalúrgicos acabaram perdendo a parada.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são os bancários que reclamam uma fatia muito pequena deste bolo volumoso do lucro astronômico que os banqueiros têm tido neste País, acobertados pelo Governo: 500% lucro em apenas seis meses. Nenhum cidadão brasileiro, nenhum empresário brasileiro não teve honestamente 500% de lucro em seis meses, só os banqueiros. Então porque razão Senhor Presidente, eles não atendem ao movimento dos bancários que clamam por uma melhoria salarial?

A Nova República é a República dos Marajás.

Tenho em mãos, Senhor Presidente, o jornal "O Estado de São Paulo", de hoje, é

este jornal, numa hora de tantas greves, numa hora de miséria, numa hora de fome, até mesmo de subnutrição, numa hora em que o povo bateu palmas ao Presidente Sarney que tinha prometido austeridade, que tinha prometido acabar com aquelas mansões onde moram os Ministros em Brasília; que tinha prometido dar um salário não tão exorbitante aos Ministros, o que nós vemos, com quase cinco meses de Governo do PMDB? Os Ministros continuam morando naqueles belas e pomposas mansões em Brasília; nenhuma mansão foi vendida; os Ministros continuam com as tradicionais mordomias e o que eu vejo hoje, para espanto de todos; os Ministros foram contemplados ontem, com um salário de 25 milhões de cruzeiros e o que é pior, a Câmara dos Deputados aprovou uma correção de salário inédita para os "Marajás", da Nova República do Brasil. Eles passaram a ter o direito de ganharem a trimestralidade. É a única categoria no Brasil com salário de 25 milhões, com correção a cada três meses e, com direito a morar na mansão com telefone pago com dinheiro do povo, água de graça, luz de graça, jardineiro de graça, empregada doméstica de graça, piscina, avião para o Ministro trabalhar e até mesmo, para as famílias dos Ministros viajarem, fazerem turismo, nos fins de semana ou até mesmo em dias de sol quente, durante a semana.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos aqui, em nome do PDT, pedir ao Presidente Sarney que ele mantenha a trimestralidade para os Ministros mas que dê também ao funcionalismo público e aos trabalhadores do Brasil, o aumento salarial trimestral.

É inadmissível que haja essa desigualdade, esse tratamento desigual; um Ministro ganhando tão bem, e ainda com aumento trimestral. Que esse favoritismo do Presidente Sarney ao seu corpo de auxiliares seja estendido também aos demais brasileiros, aos milhões de brasileiros que vivem à custa de salário mínimo, que vivem à custa de salários modestos, sem meios até para sustentar a sua família, dentro daquilo que eles desejam para a esposa e para os filhos.

É este Senhor Presidente o apelo: que o presidente Sarney não da salário corrigido a cada três meses apenas para os seus "Marajás" que são Ministros, mas que estenda a trimestralidade aos verdadeiros trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado. (Sem Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Presidência registra com satisfação a presença, neste Plenário, da Senhora Maristela Requião, esposa do nosso colega, Senhor Deputado Roberto Requião. E ainda do Prefeito Waldyr Pugliesi, ex-Deputado Estadual.

A Mesa solicita as lideranças do PDS e da Frente Liberal, a indicação dos membros para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constata do expediente, indicando os Senhores Deputados para o cargo de Titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento, de Indústria e Comércio, de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, de Ecologia e Meio Ambiente e de Defesa ao Consumidor. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para o cargo de Suplente das Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento, de Indústria e Comércio, de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, de Ecologia e Meio Ambiente, de Defesa ao Consumidor.

O SR. PAULO FURIATTI-(Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu não entendi o teor do requerimento. Só a súmula, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- É a indicação de Membros das Comissões. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Aprovadas neste turno

as EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL de 01 à 04, e por apreciar as de números 07 à 09, de PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EM VOTAÇÃO a EMENDA N. 07.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, para encaminhamento de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tem sido grande a preocupação do Poder Legislativo em conseguir a restituição de sua autonomia como Poder. Tem sido uma luta e estranho, Senhor Presidente, a atitude do Presidente da Casa, em data de ontem, quando nós lutamos para que tenhamos um Poder forte, autônomo, independente e democrático. A atitude, ontem, do Presidente da Casa, foi arbitrária quando utilizou o Artigo 140, do Regimento Interno no seu Parágrafo 5º.

"Não será admissível Emenda Substitutiva ou Aditiva que não tenha relação direta ou imediata, com a matéria da proposição principal".

Estranho, que as Emendas de interesse, foram mantidas, e a Emenda que foi apresentada no dia 28 de agosto, recebida pela Casa, então, não foi recusada - colocada em votação, com a votação encerrada, com a discussão encerrada, em votação, retirada ontem arbitrariamente, da Ordem do dia, esta Emenda n. 1, e, quando eu vejo Emendas que falam de subsídios de Prefeitos, de representação, e na Lei Orgânica diz também; então, há correlação à Emenda que nós apresentamos. Mas, como exemplo, e como argumentação, eu tenho em mãos, também, a Lei Complementar n. 24, de 28 de janeiro de 80, do Estado do Rio Grande do Norte, que altera exatamente dispositivos da Lei 3.846, sobre a Organização dos Municípios, e dá outras Providências: Em seu Artigo 4º:

"Artigo 4º.- A Câmara de Vereadores fica autorizada a conceder, a quem cessada a investidura tiver exercido em caráter permanente o cargo de Prefeito, um subsídio mensal e vitalício, equivalente a 50% da parte fixa do subsídio do Prefeito do Município.

Parágrafo 1º.- O direito aos subsídios de que trata este artigo fica condicionado ao cumprimento de mais da metade do mandato. O subsídio somente poderá ser atribuído pelo exercício apenas a um mandato eletivo do prefeito, em um Município, a ele não tendo direito, enquanto perdurar a investidura e detentor de mandato e que

perceba subsídios iguais ou superiores ao cargo de Prefeito.

As Câmaras de Vereadores poderão conceder pensão especial vitalícia e intransferível, às viúvas dos ex-Prefeitos que a requeiram, correspondente à metade da parte fixa dos subsídios e que ao mesmo façam jus nos termos do "caput" deste Artigo.

Mas, dizia também, que a emenda que eu apresentei seria imoral!

Não vejo nenhuma imoralidade em um Parlamentar trazer à apreciação da Casa, um projeto de lei, uma emenda que se baseia no que já existe com o Presidente da República, se existe com os Governadores de Estado - então, se argumentava que o Governador é um e Prefeitos são trezentos e doze, mas são trezentos e doze municípios também, e cada Prefeito assumirá a responsabilidade do seu Município.

E num levantamento muito rápido dá para se concluir que, num município com a idade de cinquenta anos de emancipação política, não conseguiremos ter mais do que sete Prefeitos, ex-prefeitos, recebendo aposentadoria. O que precisa, isto sim, é que haja a Reforma da Legislação Tributária dando condições aos Municípios, e partindo do próprio Governo e do próprio PMDB, porque a emenda n. 17, em que dá condições aos municípios menores de ter uma arrecadação naquilo que têm direito, até agora não foi aprovado. Tomei conhecimento hoje, através do jornal, que o Deputado Nilso Sguarezi, está apresentando um projeto regulamentando, e eu espero que seja atendida essa reivindicação da maioria dos Prefeitos. Mas também dizia que foi a apresentação desta Emenda, que não havia pedido de nenhum Prefeito.

Está aqui, em minhas mãos, cópia do Ofício n. 38/85, do presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, "em que pese a criação de uma pensão, solicitamos à MUVI, o envio de Ofício aos Líderes de todos os partidos da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa, com a seguinte proposição:

"Os Prefeitos que vierem a falecer no exercício do mandato, suas esposas ficarão percebendo 70% dos subsídios. No caso de invalidez permanente no exercício do mandato, os Senhores Prefeitos ficarão recebendo subsídios. Em ambos os casos excluirá a Verba de Representação".

Este é um pedido de um dos municípios, mas tem de outros Prefeitos. Por isso, eu faço um apelo à Mesa, que reconsidere esta emenda que se encontra no projeto, para que seja discutido. E que, se for rejeitada pela Casa, nós acataremos.

Mas, na semana passada, ainda se discutia que essa emenda iria proporcionar ao Prefeito, que no fim do mandato, pudesse

afastar e deixar o seu Vice-Prefeito também, para se beneficiar da lei. Era minha intenção após aprovação desta emenda em 2.<sup>a</sup> discussão, apresentar uma emenda substitutiva em 3.<sup>a</sup> discussão, fixando um valor máximo para essa aposentadoria e, fixando ainda, nesta emenda substitutiva, que o Prefeito deverá ter cumprido pelo menos 2/3 do mandato.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, falam em imoralidade. Imoralidade eu acredito, imoralidade é a criação dos 20% sobre o Fundo Penitenciário, um dinheiro que é lesado, tirado do povo. Imoralidade é esse projeto que está na Ordem do Dia, intervindo na iniciativa privada querendo regulamentar quem pode plantar, quem não pode.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem.

Eu peço escusas ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho. No entanto, Senhor Presidente, encaminhamento de votação e só a matéria que está sendo votada.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Não estou fugindo, Senhor Deputado. Fui tratado como imoral e estou dentro do projeto, da lei Orgânica dos Municípios.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem.

Eu vejo que o dedicado Líder Governista quer policiar as palavras do eminente Líder do Partido da Frente Liberal, numa atitude anti-ética, anti-democrática. Consequentemente, solicito a Vossa Excelência, que eduque os parlamentares presentes nesta Casa, para que se comportem nos termos regimentais e respeitem a palavra pela ordem do orador, que solicita e tem a licença da mesa para falar.

Consequentemente, Senhor presidente, eu solicito a Vossa Excelência: que assegure a palavra ao Ilustre Deputado Líder do PFL, pois, que, Sua Excelência, quando ausente do plenário, foi tido como autor de emendas de caráter imoral e pode usar a palavra imoral para definir atitudes governamentais, como as taxas do DETRAN, ilegais e abusivas, além das taxas do Serviço Previdenciário do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho e a Mesa solicita a Sua Excelência que se atenha à matéria em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço, Senhor Presidente. Estou me atendo à matéria que está em votação, não poderia deixar de fazer referência àquilo que foi citado na data de ontem taxando como imoral uma emenda por mim apresentada.

Senhor Presidente, estou nesta Casa há quatorze anos, sempre procurei defender os

interesses do povo que represento nesta Casa, sempre defendendo os interesses, também desta Casa para que se conduzisse e que se conduza num bom nível, e não posso e não aceito de forma alguma ser taxado de imoral uma emenda que apresento, baseado em precedentes, em precedentes porque eu não sei se é diferente um Presidente da república, nem um Governador do Estado...

(Corte do som por ter-se esgotado o tempo).

Senhor Presidente, eu consulto à mesa se o tempo que eu tenho é dez ou quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São dez minutos e Vossa Excelência terá mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu vou encerrar, Senhor Presidente. Foi baseado nisto, na aposentadoria que tem o Presidente da República, na aposentadoria que tem o Governador do Estado, e eu não vejo porque um humilde Prefeito não tenha condições também de ser pleiteado; foi apresentada e trazido para debate esta emenda que poderá ser aprimorada de acordo com aquilo que ficar definido na discussão e nos debates nesta Casa. Eu agradeço, Senhor Presidente, e faço o apelo para que inclua a Emenda n. 1 para ser discutida e apreciada pela Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) - Senhor Presidente, qual a emenda que Vossa Excelência está pondo em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anunciou a Emenda n. 7. Aprovada a Emenda por unanimidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Jorge Maia Filho) -  
(Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Jorge Maia Filho) -  
44 Senhores Deputados responderam a chamada, Senhor presidente.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) (Assentimento) - Há na mesa, requerimento de minha autoria solicitando votação nominal para os Projetos de Lei n. 217/84 e 11/85 e que gostaria que fossem apreciados pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti. Requer chamada nominal, para efeito de votação para as Emendas n. 07, 08 e 09 do Projeto de Lei n. 217/84 e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n. 11/85. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento). Solicito que Vossa Excelência deixe de aceitar o requerimento com relação ao Projeto de Lei Complementar, de vez que já falta de objeto, pois que, esta Assembléia já aprovou o projeto de Lei Complementar, e o que se trata agora é da aprovação ou não de emenda. Conseqüentemente, deve a Presidência dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná, deixar de aceitar a solicitação com relação à votação nominal do projeto, uma vez que o projeto precisa de 50 votos para ser "aprovado".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente, há procedência na questão de ordem. A Mesa, entretanto, devolve ao autor do requerimento o mesmo, para que Sua Excelência o mude para apreciação das emendas.

O SR. PAULO FURIATTI - Farei a correção de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece ao Plenário que serão necessários, de acordo com o artigo 26, maioria absoluta para a aprovação do projeto e das emendas. As Leis Complementares da Constituição serão aprovadas por maioria absoluta para aprovação do projeto e das emendas.

"As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias. Serão necessários, portanto, 30 votos".

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Apenas para esclarecimento do processo de votação.

Vossa Excelência já considerou aprovado o projeto da lei complementar. Conseqüentemente, não se trata mais de votação do corpo do projeto. O que está se votando agora são as emendas de n. 7, 8 e 9.

Mas, Vossa Excelência deve considerar já o projeto da lei complementar aprovado, ressalvadas as emendas.

Era este o pedido de esclarecimento que eu gostaria que Vossa Excelência formulasse à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que as Emendas de n. 5, 6, 7, 8 e 9 são enquadradas no artigo 26, de votação absoluta para sua aprovação e vai proceder a votação da Emenda n. 7.

O Deputado Paulo Furiatti requer que as emendas sejam apreciadas em votação nominal. Vou submeter ao Plenário a votação do requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - O requerimento que solicitei é para aprovação com votação nominal dos projetos de lei n. 217/84 e 11/85.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem de votação do outro projeto nós atenderemos o seu requerimento.

O Senhor 2.º Secretário anotará a votação e o Senhor 1.º Secretário fará a chamada nominal.

Os Deputados que aprovarem a emenda responderão "Sim". Deputados que rejeitam a emenda, responderão "NÃO".

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Jorge Maia Filho) - Deputado Nilso Sguarezi - ausente; Antônio Annibelli, ausente; Nelson Buffara - não; Quiêlse Crisóstomo - ausente; Fiori Luiz - ausente; Ezequias Losso - ausente; Acir Mezzadri - sim; Adhail Sprenger Passos - sim; Airton Cordeiro - não; Amélia Hruschka - ausente; Antônio Belinati - não; Artagão de Mattos Leão - ausente; Augusto Carneiro - não; Basílio Zanusso - não; Caíto Quintana - sim; Dirceu Manfrinato - sim; Djalma de Almeida César - sim; Donato Gulin - não; Edgard Pimentel - ausente; Edmar Luiz Costa - sim; Ervin Bonkoski - sim; Eduardo Baggio - sim; Erondy Silvério - não; Ferrari Júnior - sim; Francisco Escorsin - ausente; Fuad Nacli - não; Gabriel Manoel - não; Gernote Kirinus - ausente; Gilberto Carvalho - não; Hermas Brandão - sim; Homero Oguido - sim; Irondi Pugliesi - ausente; Ivan Gubert - não; Jorge Maia Filho - não; José Antônio Fonseca - ausente; Leônidas Chaves - ausente; Luiz Alberto Oliveira - não; Márcio Almeida - sim; Mário Pereira - sim; Nelson Vasconcellos - sim; Nestor Baptista - sim; Odeni Mongrue



ausente; Orlando Pessuti - sim; Osvaldo Alencar Furtado - sim; Paulo Furiatti - ausente; Péricles Pacheco - não; Roberto Requião - ausente; Rubens Bueno - sim; Sabino Campos - sim; Sérgio Spada - sim; Tadeu França - sim; Tadeu Lúcio Machado - sim; Tércio Albuquerque - ausente; Trajano Bastos - sim; Tuguio Setogutte - não; Werner Wanderer - ausente, Wilson Fortes - não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e seis Senhores Deputados responderam sim e 18 Senhores Deputados responderam não.

#### REJEITADA A EMENDA.

Vai-se proceder a votação pelo mesmo sistema, da Emenda n. 8.

O Senhor 1.º Secretário procederá a chamada e o Senhor 2.º Secretário fará as anotações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Nilso Sguarezi - sim, Antônio Annibelli - ausente, Nelson Buffara - não, Quielse Crisóstomo - não, Fiori Luiz - sim, Ezequias Losso - ausente, Acyr Mezzadri - sim, Adhail Sprenger Passos - sim, Ailton Cordeiro - não, Amélia Hruschka - ausente. Antônio Belinati - não, Artagão de Matos Leão - ausente, Augusto Carneiro - não, Basílio Zanusso - não, Caíto Quintana - sim, Dirceu Manfrinato - sim, Djalma de Almeida César - sim, Donato Gulin - não, Edgard Pimental - não, Edmar Luiz Costa - sim, Eduardo Baggio - sim, Erondy Silvério - não, Ervin Bonkoski - sim, Ferrari Júnior - sim, Francisco Escorsin - ausente, Fuad Nacli - ausente, Gabriel Manoel - não, Gernote Kirinus - ausente, Gilberto Carvalho - não, Hermas Brandão - sim, Homero Oguido - sim, Irondi Pugliesi - ausente, Ivan Gubert - não, Jorge Maia Filho - não, José Antônio Fonseca - ausente, Leônidas Chaves - ausente, Luiz Alberto Oliveira - não, Márcio Almeida - sim, Mário Pereira - sim, Nelson Vasconcellos - sim, Nestor Baptista - sim, Odeni Mongruel - ausente, Orlando Pessuti - sim, Osvaldo Alencar Furtado - sim, Paulo Furiatti - sim, Péricles Pacheco - não, Roberto Requião - ausente, Rubens Bueno - sim, Sabino Campos - sim, Sérgio Spada - sim, Tadeu França - sim, Tadeu Lúcio Machado - sim, Tércio Albuquerque - ausente, Trajano Bastos - sim, Tuguio Setogutte - sim, Werner Wanderer - ausente, Wilson Fortes - não, Antônio Annibelli - ausente, Quielse Crisóstomo - não, Amélia Hruschka - ausente, Artagão de Mattos Leão - ausente, Fuad Nacli - não, Gernote Kirinus - sim, Irondi Pugliesi - ausente, José Antônio Fonseca - ausente, Leônidas Chaves - ausente, Odeni Mongruel - ausente, Roberto Requião - ausente, Tércio Albuquerque - ausente, Werner Wanderer - ausente.

O SR. SECRETÁRIO - Vinte e sete Senhores Deputados votaram SIM, dezoito Senhores Deputados votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram quarenta e cinco Senhores Deputados, vinte e sete responderam SIM, dezoito responderam NÃO. Rejeitada a Emenda.

Votação à Emenda de n. 09, pelo mesmo processo.

O Sr. Gilberto Carvalho - Para encaminhar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é só para justificar que esta emenda está eximindo o município novo a ser criado e assumir compromisso e dívida com o Município onde ele está sendo desmembrado. Por isso nós vamos votar favorável à emenda. É só isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a chamada dos Senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. SECRETÁRIO - (Jorge Maia Filho) -

Deputado Nilso Sguarezi, sim, Deputado Antônio Annibelli, ausente; Deputado Nelson Buffara, sim; Deputado Quielse Crisóstomo, sim; Deputado Fiori Luiz, sim; Deputado Ezequias Losso, sim; Deputado Acyr Mezzadri, sim; Deputado Adhail Sprenger Passos, sim; Deputado Ailton Cordeiro, sim; Deputada Amélia Hruschka, ausente; Deputado Antonio Belinati, sim; Deputado Artagão Mattos Leão, sim; Deputado Augusto Carneiro, sim; Deputado Basílio Zanusso, sim; Deputado Caíto Quintana, sim; Deputado Dirceu Manfrinato, sim; Deputado Djalma de Almeida César, sim; Deputado Donato Gulin, sim; Deputado Edgard Pimentel, sim; Deputado Edmar Luiz Costa, sim; Deputado Eduardo Baggio, sim; Deputado Erondy Silvério, sim; Deputado Ervin Bonkoski, sim; Deputado Ferrari Júnior, não; Deputado Francisco Escorsin, sim; Deputado Fuad Nacli, não; Deputado Gabriel Manoel, sim; Deputado Gernote Kirinus, sim; Deputado Gilberto Carvalho, sim; Deputado Hermas Brandão, sim; Homero Oguido, sim; Deputada Irondi Pugliesi, ausente; Deputado Ivan Gubert, sim; Deputado Jorge Maia Filho, sim; José Antônio Fonseca, ausente; Deputado Leônidas Chaves, ausente; Deputado Luiz Alberto Oliveira, sim; Deputado Márcio Almeida, sim; Deputado Mário Pereira, sim; Deputado Nelson Vasconcellos, sim; Deputado Nestor Baptista, sim; Deputado Odeni Mongruel, ausente; Deputado Orlando Pessuti, sim; Deputado Osvaldo Alencar Furtado, sim; Deputado Paulo Furiatti, sim; Deputado Péricles Pacheco, sim; Deputado Roberto Requião, ausente; Deputado Rubens Bueno, sim; Deputado Sabino Campos, sim; Deputado Sérgio Spada, sim; Deputado Tadeu França, sim; Deputado Tadeu Lúcio



Machado, não; Deputado Tércio Albuquerque, ausente; Deputado Trajano Bastos, sim; Deputado Tuguio Setogutte, sim; Deputado Werner Wanderer, ausente; Deputado Wilson Fortes, sim.

O SR.1.º SECRETÁRIO (Jorge Maia Filho)-  
Procede a 2.ª chamada nominal.

Deputado Antônio Annibelli, ausente; Amélia Hruschka, ausente; Artagão de Matos Leão, ausente; Irondi Pugliesi, ausente; José Antônio Fonseca, ausente; Leônidas Chaves, ausente; Odeni Mongruel, ausente; Roberto Requião, ausente; Tércio Albuquerque, ausente; Werner Wanderer, ausente.

O SR.1.º SECRETÁRIO (Jorge Maia Filho)-  
45 Senhores Deputados votaram SIM, o Senhor Presidente e 02 Senhores Deputados votaram NÃO.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- 45 Senhores Deputados votaram SIM, e 02 Senhores Deputados votaram NÃO.

APROVADA a Emenda- O projeto irá à 3.ª discussão, com as emendas aprovadas.

EM VOTAÇÃO - 1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados a produção de álcool e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O Sr. Gilberto Carvalho- Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, entendo que o Projeto de Lei n. 11/85, sem parecer das Comissões, embora em Regime de Urgência, de acordo com o Artigo 62, do Regimento Interno, terá um prazo de quatro dias para que a Proposição mereça os Pareceres a que está sujeito. Não entrou em pauta este Projeto, Senhor Presidente, ele entrou direto na Ordem do Dia, sem ficar em dia em pauta sequer.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Proceda a questão da Ordem levantada pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho, de acordo com o Artigo 62, combinado com o Artigo 106, letra C. (Lê os artigos).

O projeto, segundo anotações do Departamento Legislativo, não foi incluído na pauta. A Mesa determina que seja incluído

na pauta, a partir da sessão de amanhã, por três sessões consecutivas.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Obrigado Senhor Presidente.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem).

Sobre o mesmo projeto, existe um requerimento de minha autoria, solicitando que sejam ouvidas as Comissões Técnicas desta Assembléia Legislativa, de vez que o projeto não entrou em pauta ainda e foi aprovado requerimento de urgência, eu solicito que Vossa Excelência ao invés de colocá-lo em prática, remeta-o para as Comissões Técnicas competentes da Assembléia.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa esclarece ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira que o Projeto está em regime de urgência e a falha regimental consiste em o referido projeto não ter sido incluído na pauta e vai figurar na pauta e fica prejudicando o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 62/85, (Mensagem n. 77/85- ex-Proposição n. 73/85), que aprova o 3.º Termo Aditivo de 08.03.85, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 63/85, (Mensagem n. 58/85- ex-Proposição n. 60/85), que aprova o Convênio n. 334/84, celebrado em 26.09.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado de Planejamento e a SUDESUL, objetivando a proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a região Sul. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Resolução n. 64/85, (Mensagem n. 86/85- ex-Proposição n. 78/85), que aprova 1.º Termo Aditivo de 11.03.85, ao Convênio celebrado em 16.11.84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5.º Termo Aditivo de 11.03.85, ao Convênio que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução

n.65/85, (Mensagem n. 69/85- ex-Proposição n. 69/85), que aprova Convênio celebrado em 18.11.83, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da URBS S.A., objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba um Posto de Informações turísticas. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.66/85, (Mensagem n. 66/85, ex-Proposição n. 66/85), que aprova Convênio n. 44/83, celebrado em 30.08.83, entre o Governo do Estado do Paraná através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 67/85, (Mensagem n. 78/85- ex-proposição n. 72/85), que aprova 6.º Termo Aditivo de 08.03.80, ao convênio de 18.12.80, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudas certificadas e Fiscalizadas no Estado. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovado, artigo por artigo.

Emenda n. 01, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos. Retirada pelo autor.

Emenda n. 02. Aprovada.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 30/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTI, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS - APEF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.35/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o Art. 2.º da Lei n. 7550, de 17.12.81, ficando restaurada a redação original do Art. 6.º e

de seu Parágrafo Único, da Lei n. 6.407, de 07.07.73. ( Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.133/85 de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina "ISRAEL MARTINS" a Rodovia PR.364, no trecho que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho e Palmital, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 15/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI e OUTROS, que declara de utilidade pública a entidade "LAR DOS VELHOS DESAMPARADOS DE LOANDA", com sede e foro no Município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 95/85, de autoria do Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO AMBIENTE - APAMA", com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que dá nova redação ao Artigo 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09.07.82, mantido o Parágrafo Único, conforme especifica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H., por unanimidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de  
Lei Complementar n. 85/84

O Deputado Mário Pereira pretende, com o presente Projeto de Lei Complementar, dar nova redação ao Art. 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09.07.82, que trata das promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério.

A medida proposta pelo ilustre parlamentar visa revigorar o prazo para as referidas promoções, corrigindo injustiça com os professores que cursam faculdades e que vieram a se formar após outubro de 1983.

É importante ressaltar que, em que pese o mérito da matéria, a mesma fere preceito constitucional. A iniciativa de proposições que tratem da política de pessoal do Estado e que venham a gerar despesa são de exclusiva responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

Contudo, é extremamente relevante a proposta em exame, dada a justeza da medida e o seu elevado alcance social. Neste sentido, consideramos justificada a expectativa de que o reconhecido vício de origem seja sanado quando da sanção governamental.

Portanto, expressamos nosso parecer favorável ao citado plano de lei, posicionando-nos pela sua aprovação.

Tal é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n. 85/84

O nobre Deputado Mário Pereira, através deste projeto, pretende dar nova redação ao art. 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09 de julho de 1982, visando corrigir injustiça para com os professores que cursam faculdade e que vieram a se formar após o mês de outubro de 1983.

Referida proposição já mereceu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em  
03 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Germano Strub, ocorrido no dia 03 do corrente mês, no município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jonas Barreira do Amaral, ocorrido no dia 04 do corrente mês, no Município de Flo-raí. **Aprovada.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angelica Moro Malucelli, ocorrido no dia 04 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dalzira Branch Santana, ocorrido no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Araci Moraes de Souza, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Isolda Bosso, ocorrido no dia 08 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dalzira Brandt Santana, ocorrido no dia 05 de setembro do corrente ano, no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isolda Bosso, ocorrido no dia 08 do corrente mês, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo aos alunos da Escola Precisão Ensino de 1.º Grau, na pessoa da menor

Fernanda Gemaél Hoefel e a Direção da referida instituição de ensino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela concessão do título de pontifícia à Universidade Católica do Paraná, dando-se ciência aos Senhores Arcebispo Metropolitano de Curitiba e ao Reitor daquela Universidade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Senhor Ernesto Benedito Nogueiro, pela sua investidura no cargo de Gerente-Geral da Caixa Econômica Federal, Filial do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao radialista e comunicador Luiz Carlos Martins, pelo lançamento do livro "Agora e Sempre". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do dia 18 de setembro, data em que se dará o Dia da Mobilização Nacional, voltado para a conscientização do Governo Federal, com respeito a problemas pertinentes à área da Educação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada a data de 8 (oito) de novembro do corrente ano, para conceder ao Senhor Garibaldi Duarte Reale o Título de Cidadão Benemérito do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 23/85, que denomina "Parque João Paulo II", a área de lazer situado no Centro Cívico, com delimitações que especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a juntada do Projeto de Lei n. 139/85, ao de n. 133/85, pois por tratarem da mesma matéria sejam transformadas numa só. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 79/85, de sua autoria, que dá nova redação ao Art. 21, e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17.12.80 (Servidor inativo poderá ter proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). A Mesa vai mandar verificar se o projeto está em condições de ser incluído na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia 19 do corrente, do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do Poder Executivo, que adota providências legais para o conselho Paranaense de turismo, com nova composição e melhor definição, passe a integrar a estrutura de Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e, também, cria o Conselho de Administração da PARANATUR. A Mesa determinará que se examine se o projeto está em condições de entrar na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia de 29 do corrente mês, do Projeto de Resolução n. 58/85, que cria a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. A Mesa vai determinar que se verifique se está em condições de entrar na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 102/85, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à escritora Maria Nicolas. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem).

Senhor Presidente, solicito que Vossa Excelência anuncie o teor do requerimento do Senhor Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Visa conceder pensão especial a escritora Maria Nicolas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Aprovado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 170/85, que dispõe sobre a extinção da carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a integrar a classe inicial da Carreira de Detetive e dá outras pro-

vidências. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 43/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação de trabalho especial, com risco de saúde, de que se trata o art.172, item V, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, aos funcionários da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 183/85, objetivando criar cargos de provimento efetivo que especifica bem como adotar outras providências. (Tribunal de Alçada). **Em discussão.**

O SR. TRAJANO BASTOS - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 108/85, que autoriza o Poder Executivo a permutar Áreas de Terras de Propriedade do Estado, no Município de Andirá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, encapando cópias do manifesto da ATAEPAR - Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná, aos Senhores Ministros de Estado da Agricultura, Secretário da Agricultura e Presidentes da Federação da Agricultura do Paraná e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo urgência para as reivindicações da Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões, mantenedora do Hospital Brigadeiro Epinghaus do Município de Guaraqueçaba. **aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretaria da Educação,

encarecendo estudos para implantação do curso do magistério no período noturno no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo estudos no sentido de ampliar o número de terminais telefônicos no Município de Atalaia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDESUL, encarecendo a instalação de um Departamento daquele órgão no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior, Dirceu Manfrinato e Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formação de uma Comissão de Senhores Deputados do eixo Umuarama-Cambará, visando contatos com o Senhor Ministro dos Transportes, para reivindicar diversos assuntos de interesse do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Fortaleza, ligando a localidade de Santo Amaro à sede do Município de Tibagi. **aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira para construção de uma ponte no Município de Moreira Sales. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de Cento e cinquenta carteiras escolares para o Colégio Estadual João D' Oliveira Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Campo Mourão. **aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível para atender a Delegacia de Polícia do Município de Peabi-

ru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o aumento da cota de remédios para o Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo recursos financeiros para a construção de uma residência para o agente de rendas do Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja destinada uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia no Município de Peabiru. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo estudos para a doação de uma ambulância devidamente equipada para o Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria de Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na Delegacia de Polícia do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine a Secretaria da Educação, que dê uma solução imediata para as professoras do Município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Aeronáutica, encarecendo a concessão de uma Ponte Aérea, ligando Curitiba/ São Paulo / Curitiba pelo Aeroporto de Congonhas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro

da Fazenda, Presidente do Banco Central do Brasil, reiterando apelo anterior, sobre a necessidade de criação de Agências do banco do Brasil nos Municípios de Santa Fé, Juranda, Pranchita, Nova Santa Rosa, Missal, Diamante do Norte, Tupãssi, Três Barras do Paraná, Paulo Frontin, Renascença e Curiúva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico na localidade de Torres Canavial no Município de Ivaí. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretários de Segurança Pública e da Administração, encarecendo estudos que tratam da regulamentação de promoções e acesso de servidores Policiais Civis do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando urgência no encaminhamento a este Poder, de Projeto de Lei que reformulando dispositivos da Lei 7.208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Equipe de Handebol adulto, feminino da Incolustre - Cambé, pela conquista do Campeonato Sulamericano de Handebol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da SUDESUL, pleiteando informações sobre os valores e o cronograma de desembolsos destinados aos Municípios paranaenses. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Professor e ex-Senador Doutor Paulo Brossard pela sua investidura como Consultor Geral da República. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expe-



diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, visando a - imediata reabertura de postos de representação da previdência e assistência social - área rural (FUNRURAL), que em vários municípios do Estado do Paraná permanecem fechados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Japonês, pela apresentação realizada dia 22 de agosto próximo passado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Holandes de Castrolanda, pela apresentação realizada dia 23 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Germânico da Sociedade Rio Branco, pela apresentação realizada dia 24 de agosto, próximo passado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Quêrência do Sul, pela apresentação realizada dia 21 de agosto, próximo passado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Classe Bancária, pelo transcurso do Dia Nacional do Bancário, comemorado dia 28 de agosto, próximo passado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos profissionais da área de corretagem de imóveis, pelo transcurso do "Dia do Corretor de Imóveis", transcorrido dia 27 do corrente mês. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a criação da Caixa Econômica estadual. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário

do Interior, com subsequente desdobramento ao Senhor Superintendente da SUREHMA, pleiteando a implantação de poço semi-artesiano para servir à Comunidade do Distrito de Pindorama no Município de Xambrê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pleiteando a transformação de Paraíso do Sul (Distrito de Barbosa Ferraz) em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando mensagem a esta Casa no sentido de regularizar a atuação policial em todo o Estado através da obrigatoriedade de contratação de assistentes sociais femininas em todas as delegacias de Polícia do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Grupos de Alcolólicos Anônimos do Paraná, pela passagem do 17.º aniversário de implantação deste movimento em nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, visando atendimento à reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Município de Corbélia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo recursos financeiros para a construção de um posto de saúde na Vila Roberto Brzezinski, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos para avaliar a possibilidade da instalação do ensino de 1.ª a 4.ª série, na Escola Estadual Rui Barbosa, no Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando en-



vio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção do Parque de exposições, no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Cultural e Esportiva e à Colônia Japonesa pelos passamentos dos seus aniversários, 25. ano de existência, bem como pelo 50. ano de imigração, da Colônia Japonesa, do Município de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que seja reativada a campanha para aumentar o número de eleitores no Estado. aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Presidentes do INCRA, ITCF, visando agilização no processo de cadastramento dos sem-terras, do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Luz marina, no município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Senhora Presidenta da Casa Latino-Americana, pela realização da "semana Latino-Americana", no período compreendido entre 5 a 12 de outubro, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação do Centro Cultural Brasil-União Soviética. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de se conceder Anistia Fiscal aos contribuintes em atraso com o recolhimento do ICM. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expedien-

te de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo pedido de informações quanto ao total das vendas de semente de arroz, realizadas no ano de 1985, pela Café do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com discussão encerrada. Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada PR-57, no trecho que interliga os Distritos de Cachoeira, Campina dos Crispins e Trigolândia, no Município de Peißen. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo a instalação de uma vaca mecânica, no Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Indústria e Comércio", sob o título "Não há conflito regional. A questão é só de justiça." Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo construção do prédio próprio daquela Secretaria, no Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo o destacamento de dois policiais para atendimento do trânsito, no Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda, da Justiça, Presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Deputados, propondo a

venda dos produtos de contrabando apreendidos pela Receita Federal, exceto os tóxicos e intorpecentes, revertendo a renda a creches e entidades destinadas ao atendimento a menores carentes. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, consubstanciado em apelo de recursos à RADIPAR, para serem sanadas as irregularidades existentes no sistema de transmissão de TV, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico na localidade de São Roque, no Município de Ivai. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo providências junto à CAFE DO PARANÁ, no sentido de que seja instalado um posto daquela companhia, no município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo o reinício da construção do contorno rodoviário, em pavimentação asfáltica, no Perímetro Urbano de Campo Mourão, interligando assim o Trevo das Rodovias BR-369; BR-272 e BR-487 ao prolongamento da rodovia PR-317 (Campo Mourão-Maringá), desviando desta forma, o tráfego pesado da periferia e do centro da cidade. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo explicações sobre a determinação limitando a idade de 28 anos para realização de concurso público daquele Banco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Presidenta da LBA, Regional do Paraná, encarecendo a liberação de recursos para a manutenção das creches domiciliares, do Município de Cambé. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando en-

vio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a realização de obras de cobertura, na quadra esportiva do Colégio Estadual Carlos Gomes, no Município de Ubatã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, no sentido da liberação de recursos financeiros para a construção de uma sala de aula na Escola Estadual Alcino Cipriano da Silva, no Município de Quinta do Sol. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Senhor Prefeito do Município de Tibagi, pelas comemorações alusivas à "Semana da Pátria". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo e aplauso ao jornalista Antônio Roberto Simplício, editor responsável do jornal "Tribuna", do Município de Apucarana. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Arol do Tissot, Diretor do Jornal "Gazeta do Centro Oeste", do Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao jornalista Senhor José Ary Valdo de Souza, Diretor-Proprietário do Jornal "Tribuna da Região" que se edita no Município de Goioerê. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Prefeitura Municipal e à Inspeção Regional de Ensino, pela realização dos III Jogos Colegiais, no Município de Toledo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, para funcionamento já no próximo ano de 1986, nas localidades de Mundo Novo, Vila Progresso e Linha Soledade, no Município

de Pérola D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Senhor Professor Florêncio Guimarães, que se despede da cátedra de Direito Judiciário Civil, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Responsável pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo estudos para a implantação de um novo horário de linha de ônibus entre os Municípios de Peabiru e Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um telefone na agência de rendas, no Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de telex ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, em Brasília, encarecendo empenho na aprovação do Projeto de Lei n. 4.111-A, do Senhor Deputado Federal Léo Simões, que trata da redução da jornada de trabalho dos economiários para 6 horas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a imediata revogação da nomeação do Senhor Álvaro Villas Boas, na Presidência da FUNAI e destituição do Chefe da 12.<sup>a</sup> Delegacia da FUNAI, sediada em Londrina, com retorno do anterior, Senhor Cornélio Vieira de Oliveira, por ser vontade majoritária da comunidade indígena do Norte do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando envio de moção de apoio aos Bancários do Paraná, pelas justas reivindicações deflagradas pela categoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor presidente da República, encarecendo apelo no sentido de que tome em suas mãos, de maneira firme e decidida a condução de tão momentoso assunto, encaminhando este já tão sofrido País para os caminhos de paz e justiça que todos almeja-

mos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a abertura de uma agência no Município de São Jerônimo da Serra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo que sejam instalados postos de saúde nos Distritos de Terra Nova e Vila Nova, no Município de São Jerônimo da Serra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento e autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 25.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, visando providências necessárias para a imediata revogação da Portaria n. 3 de 31/07/85, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que determina alterações na composição dos fertilizantes organo-minerais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando moção de apoio aos Senhores Presidente da República, Ministros das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio, pelo firme posicionamento tomado ante as infelizes declarações do presidente REAGAN, a respeito do Brasil, ao tecer considerações sobre a política interna de informática. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jogador do Curitiba Futebol Clube, Senhor Marcos Aurélio Moraes dos Santos (Dida), pela sua participação e conquista do título de Bi-campeão mundial de Júniores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, no sentido de que seja informado quais os valores que estão sendo repassados para firmar os convênios entre o Estado e as Prefeituras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, apelando para que se atenda as reivindicações do magistério paranaense, cumprindo, dessa forma, as promessas feitas durante a campanha eleitoral de 1982. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Classe dos Médicos Veterinários, pelo transcurso do "Dia do Médico Veterinário", comemorado no dia 09 do corrente mês. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento e autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Justiça, encarecendo providências para a contratação urgente dos projetos arquitetônicos e complementares da Colônia Penal Agrícola, do Município de Cascavel. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente solicitando envio de expediente ao Ministério da Aeronáutica, a fim de que o Departamento de Aviação Civil - DAC., examine a possibilidade de ser estabelecida uma ponte aérea entre Curitiba e São Paulo, para atender o fluxo crescente de passageiros entre as duas Capitais. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a criação e instalação de uma agência, no Município de Quinta do Sol. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo estudos para realização do Projeto Pixinguinha, no Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo apoio na recuperação de diversas estradas de leito natural, existentes no Distrito Administrativo de Luiziana, no Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a assistência médica aos estudantes da Escola Estadual Olavo Bilac, do Município de Peabiru. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de Telex ao Senhor Deputado Líder do PMDB na Câmara Federal, encarecendo que o Projeto de Lei n. 4.111-A, do Senhor Deputado Léo Simões, seja votado em regime de urgência. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 217/84 e do Projeto de Lei n. 321/84.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de lei Complementar n. 85/84 e dos Projetos de lei n. 182 /84, 15, 30, 35, 45, 95 e 133/85.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 73/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 58, 77, 78, 79, 80 e 81/85.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 103/85. Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1985.

"NÃO HÁ CONFLITO REGIONAL, QUESTÃO É SÓ DE JUSTIÇA"

Quem tem representatividade, no Paraná. é a APEOP.

Jornal "Indústria & Comércio"

Quando o Jornal Indústria & Comércio do Paraná iniciou, na sua edição de 23 de agosto último, a série "Paranização/Grandes Debates", enfocando o edital de concorrência pública internacional n. 002/85 - obras do "Projeto Tibagi", de fornecimento de água tratada a Londrina e Cambé - acolheu legítimos reclamos de um dos mais vigorosos segmentos do empresariado do Estado.

Jamais questionou o direito legítimo - e até tardio - de as cidades de Londrina e Cambé terem ampliados seus vitais serviços de fornecimento d'água. Obra de suma importância econômico-social, especialmente se recordarmos as estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS) que atribuem às doenças de origem hídrica a responsabilidade por percentual altíssimo nas taxas de mortalidade infantil, no Terceiro Mundo.

São preliminares que precisam ser reafirmadas, assim evitando tergiversações e a possibilidade de climas emocionais - em função de interesses contrariados - conduzirem um tema de objetivos fundamentalmente comunitários e paranistas, rumo a outras veredas.

No tom exato, a Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP), dias depois com todo o peso de sua representatividade, em depoimento de seus diretores, o presidente José Alberto Ribeiro, e Bernardo Guiss (diretor da Área de Saneamento) iria confirmar as dúvidas sobre o edital em questão. Como o I&C - e em entrevista a este jornal, edição do dia 30 de agosto - a APEOP entendeu que o processo licitatório, tal como montado pela Sanepar, tornou exíguas - para não dizer quase impossível - a participação de empresas paranaenses na obra, cujo vulto, hoje, é de Cr\$ 200 bilhões.

Sugeriu a APEOP mais ainda: que a companhia estatal de saneamento viesse a reverter o processo licitatório que, empresários paranaenses, falando em "off" ao I&C, admitiam estar "dirigido" para empresas de fora. A posição foi corroborada pelo empresário Antônio Sérgio Lück, da Construtora Paraná, uma das três empreiteiras que, no Estado, detêm - notoriamente - o melhor perfil técnico na área de saneamento, resultado de um vasto acervo de obras realizadas no setor.

Houve, como é recomendável em tais ocasiões, o cuidado, por parte do I&C, exame de tema tão polêmico, ao formalizar, por escrito, quesitos à Sanepar, arguindo todos os pontos questionados pelo empresário.

A resposta da empresa estatal veio, foi publicada e pouco ou nada adiantou para decifrar o "puzzle". Enquanto isso, o assunto, que tão de perto feriu os interesses da iniciativa privada paranaense, ganhava acústica na Assembléia Legislativa. Lá, o Deputado Estadual Airton Cordeiro não apenas se limitou a transcrever o material editorial desta I&C, as opiniões e argumentações, os anseios e as perplexidades do empresariado do Estado diante do possível dirigismo da licitação.

Pediu o parlamentar - que preside o PDS regional - que, em ocasiões portuna, a Casa viesse a ampliar o debate convocando, se fosse o acaso, o Presidente da Sanepar e o Presidente da APEOP. Um discurso veemente, ouvido silenciosamente por seus pares que, assim, deixaram entender ser participantes da mesma perplexidade.

O próprio diretor de Engenharia da Sanepar, diante do clamor público estabelecido, em entrevista publicada por este I&C, no último dia 28, admitiu a possibilidade de revisão do edital de concorrência internacional. Com a ressalva de que, se tal ocorresse, a alteração não deveria ser entendida como interferência da Associação na administração da estatal. Mas como uma correção de rumos que a lógica e o bom senso recomendassem. E nada mais disse.

Em nossa edição de ontem - dia 3 - em matéria paga, a Associação Profissional da

Indústria da Construção Civil de Londrina, refutou as posições paranistas da APEOP. Localizou questão de tal transcendências (que pode, além de esbarrar no legal, também comprometer o moral) como se tratasse de uma mera disputa Curitibana x Norte do Paraná.

Argumentos frágeis, que dispensaram os primários postulados da lógica formal. Minimizou, a Associação londrinense, um problema que pode abrir, num Governo marcado pela lisura de seu comportamento no trato da coisa pública, grave precedente. Saiu pela tangente, "criando" um conflito que jamais existiu, no relacionamento empresarial Norte x Sul.

Da mesma forma, ao defender a manutenção do edital nos termos em que está colocado, ignorou a representatividade da APEOP, que aglutina 256 empreiteiros de obras públicas no Estado do Paraná. E mais: não mostrou, sequer nas entrelinhas, que em Londrina haja empreiteiras com acervo técnico e capital suficientes para atender aos requisitos do "Projeto Tibagi".

Se não fazemos coro com aqueles que admitem - embora haja fortes evidências - aprioristicamente, que o edital teria sido montado para atender a uma grande empreiteira paulista (Camargo Correa), também não ficaremos silentes diante do quadro de desigualdades que as linhas e entrelinhas do processo licitatório oferecem. Opinião que é da entidade da maior importância e representatividade no Estado, no caso, a APEOP.

Assim, não há porque este I&C, particularmente quando entra em sua primeira década de existência, trair-se traindo às legítimas reivindicações do empresariado do Estado. E este, no caso, tem na APEOP, na questão do "Projeto Tibagi", o seu porta-voz definitivo. Aponta a Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas o caminho que, sendo legal é lastreado em aspectos morais que estão subentendidos em toda uma sólida argumentação. A mais consistente delas é a de que nos faz refletir sobre a arrancada que se dá rumo à desparanização de nossa economia.

E, como a APEOP, este I&C não aceita o silêncio em questão tão abrangente, e cujos desdobramentos podem ser avaliados em toda sua extensão por qualquer primário analista de nossa realidade econômico-financeira.

Calar, no momento pode significar o consentimento para novas empreitadas com danos irreversíveis para o Paraná. E calar - agora - poderá ser abertura para que "falem as pedras". E, se elas falarem, comprometer-se-á todo um projeto de coerente comportamento governamental até agora registrado, com lastimáveis desdobramentos "ad infinitum". (Diretor de Redação do I&C).